

ENTRE A IMAGEM E A REALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A MADEIRA COMO EXPERIÊNCIA ANTROPOLÓGICA.

Jorge Freitas Branco
Professor auxiliar — ISCTE/Lisboa

1. O arquipélago madeirense: trajectória na construção da sua imagem.

O interesse pelas recolhas de tradição oral, a compilação de materiais para o estudo sistematizado da sabedoria popular, no fundo a investigação folclorística, teve um despertar no Arquipélago Madeirense que coincide historicamente com um processo análogo verificado à escala nacional. Tratou-se de encetar uma linha de pesquisa que conduziu à entrada em cena das classes sociais subalternas, por via da **sua** cultura. Embora antes o Povo tivesse sido protagonista directamente envolvido em conflitos **sociais**, agora, nas últimas décadas de oitocentos, os intelectuais, regra geral simpatizantes das ideias republicanas, participavam num combate político desenvolvendo nova argumentação no plano ideológico. Alicerçando os fundamentos de novas áreas de interesse científico baseadas no tratamento de **materiais etnográficos**, construíam um discurso de carácter e teor antropológicos, apresentando-o, raras vezes, como uma alternativa de reflexão crítica ao regime monárquico-constitucional. Eram os prelúdios programáticos para uma reforma das ideias e do aparelho institucional da Nação.

Nesta perspectiva de abordagem dever-se-á reconhecer na figura de Álvaro Rodrigues de Azevedo (1824-1898) o grande iniciador e impulsionador da pesquisa literário-etnográfica na Madeira. Ao publicar o **Romanceiro do Arquipélago da Madeira** (1880) projecta estas ilhas, sobretudo a da Madeira, para um plano de evidência nacional. Esta primeira recolha feita ao longo de vários anos não aparece por simples acaso.

A génese desta obra reflecte alguns dos grandes vectores que animaram os etnógrafos portugueses de finais do século passado. A correspondência entre eles trocada mostra e elucida, como as circunstâncias transformam o literato, o filólogo ou mesmo o historiador em compilador de tradições populares (1). Em relação a Rodrigues de Azevedo é Teófilo

Braga (1843-1924) que o incita e anima para levar a bom termo uma recolha insular madeirense. Envia-lhe um exemplar dos seus **Cantos Populares do Arquipélago Açoriano** (1869), cujas notas constituem para o primeiro «um tesouro de crítica e erudição» (Braga 1902:109) (2). Em 1873, após a publicação das **Saudades da Terra**, que são acompanhadas de extenso aparelho crítico, confessa a Teófilo, continuar a explorar «como posso, a mina, tão sua recomendada, dos Romances populares» (Braga 1902:111). Passados quatro anos, confidencia novamente ao seu amigo em Lisboa, ter levado três anos a coligir o **Romanceiro**, entretanto a ser impresso lenta e atribuladamente (Braga 1902:113-114). Reflete então sobre o valor e a amplitude de tais trabalhos de recolha; reconhece que a sua relevância não reside no aspecto nacional, pois «tudo é anterior a Portugal, ou fóra dele» (Braga 1902:114-115). Em 1880 comunica ainda que além do **Romanceiro**, tem pronto o **Cancioneiro Popular** do arquipélago (Braga 1902:117), obra que havia de ficar inédita e aparentemente perdida para a posteridade. Promete continuar a dedicar-se à Tradição Popular, por estar certo existirem ainda domínios a aprofundar (3). Por aqui ficaria o impulso dado por Álvaro Rodrigues de Azevedo às recolhas em terreno insular. Como mais adiante se irá verificar, e embora a influência local tenha sido bastante modesta, no plano nacional a sua repercussão foi bem diferente.

No sector mais estrito da produção insular, predominantemente preocupado com a investigação e ordenação da documentação histórica, e dobrado o cabo da centúria, podemos considerar o Padre Fernando Augusto da Silva, principal responsável pelo **Elucidário Madeirense** (1921-22), como um continuador do esforço desenvolvido por A. R. de Azevedo. No entanto, a vertente etnográfica não é de modo algum a temática de fundo, mas uma entre outras componentes a que se dedica. A sua grande obra, o citado **Elucidário**, haveria de constituir no futuro a única fonte de consulta sobre ciências naturais e História madeirense. Representa, sem qualquer dúvida, uma enciclopédia regional, ainda hoje insubstituível, apesar de fortemente desactualizada. Na sua orientação reflecte-se um posicionamento da época: a compilação quanto possível exaustiva de factos, a preferência não raro pouco precisa às fontes, uma construção da realidade insular a partir das instituições e dos regimes, veiculando talvez a ideia de um ponto de partida, a Descoberta, mas por isso remetendo a multiplicidade dos fenómenos sociais e/ou culturais para a origem, o Portugal quinhentista. No que respeita o âmbito estritamente etnográfico, encontramos artigos sobre **medicina campestre, influências étnicas, indumentária, folclore, crenças populares, costumes antigos, mau olhado, Madeira** (costumes da gente do povo). De uma forma genérica, é-nos proposta a necessidade de estudar as manifestações, hábitos, usos e costumes das populações camponesas, mas na medida em que constituem testemunho dum passado singelo, menos conflituoso no aspecto social e sobretudo mais próximo das origens. Mais que uma sistematização e investigação folclorística ou etnográfica, o **Elucidário** apresenta dados genéricos, pistas aos eventualmente interessados, em suma, uma erudição local. Norteia o seu autor o cuidado de conseguir reunir,

através da informação múltipla, os parâmetros que pautaram os princípios e a perpetuação de uma região, lendo-se o conjunto como um apanhado do **saber regionalista**, testemunho da sua especificidade e simultaneamente contributo para a respectiva **caracterização**.

A influência do avanço, e antes de mais, da consolidação do método, tal como José Leite de Vasconcelos (1858-1941) vinha concretizando nos estudos etnográficos em Portugal, nomeadamente através da **Revista Lusitana**, teve reflexo efémero na etnografia madeirense. Nas suas páginas apareceram somente artigos de Urbano Canuto Soares, onde este autor olha as tradições populares já não tanto ou exclusivamente como uma preocupação centrada no desvendar do passado, mas sim como um recurso para a pesquisa linguística, concretamente dialectológica. Não deixa por isso de ser interessante assinalar o elogio e a crítica que faz a Rodrigues de Azevedo; discorda sobretudo da «obsessão do arcaísmo (...) que já não se encontrava na língua popular na época em que Rodrigues de Azevedo coligiu os materiais da sua obra» (Soares 1914:135). Ainda na mesma revista e sobre temática idêntica, assinale-se a contribuição de Emanuel Ribeiro (1920) e um curto esboço dos tipos de habitação popular (Pestana 1916). Nesta área de pesquisa, apoiada na dialectologia, apareceriam posteriormente mais trabalhos, prosseguindo e avolumando-se lentamente os resultados das recolhas (Pestana 1970:11-128; Santos 1944-48; Sousa 1950 et al.).

A partir dos anos 30 o interesse folclorístico havia de encontrar terreno mais fértil entre os autores locais. De entre eles citemos em primeiro lugar os que mais se evidenciaram pelos trabalhos feitos e publicados: o Visconde do Porto da Cruz (1932, 1935, 1955), Carlos Maria dos Santos (1937, 1942, 1952), o Padre Manuel Juvenal Pita Ferreira (1956) e, numa componente mais histórica, Alberto Artur Sarmiento (1951). Especialmente os dois primeiros compilam e analisam, indo Carlos M. Santos no domínio dos instrumentos musicais e do traje, à interpretação, no intuito mais ou menos declarado de estandarizar o **característico** da Madeira. Defronta-se com algumas dificuldades; assim seria difícil falar de traje regional, pois quando muito as fontes iconográficas apontam para a diversidade (Santos 1952:37). No folclore musical, chega à conclusão de que o povo madeirense «não soube criar as suas canções, mas adoptou as melodias que apareceram ou caíram em moda, inovando outras sobre os respectivos temas a que deu o interessante e inconfundível sabor regional» (Santos 1937:47). Este estudioso teve outro mérito, pouco comum nos seus contemporâneos, ao interessar-se não só pelas ocasiões festivas, mas dando importância às canções de trabalho (Santos 1937:81-88; 89-93; 95-98; 99-103; 105-109).

O Padre Pita Ferreira recorre a Rodrigues de Azevedo, no seu trabalho sobre o Natal no mundo camponês (Ferreira 1956:182; 205; 315). Contudo interessa-lhe fundamentalmente averiguar as **Missas do Parto**, uma forma de assinalar a força de uma tradição popular que se mantinha nos campos, numa altura em que muitos outros usos e costumes estavam a cair no esquecimento (Ferreira 1956:13).

O esforço dos autores locais em trabalharem sobre estas temáti-

cas e sem estarem inseridos num contexto mais vasto de investigação estruturada, coloca evidentemente algumas questões de interesse. Se por um lado se tratava de reunir materiais sobre as diversas facetas da vida popular, antes que se perdessem, dadas as alterações que se iam fazendo sentir (ampliação sistemática das áreas de regadio, divulgação da música pela rádio, influência dos emigrantes regressados), não é menos nítido o propósito das autoridades de padronizar tradições, usos e costumes regionais. Sente-se cada vez mais a necessidade de produzir uma imagem constante para a indústria turística. É ainda Carlos Santos que nos fala desse imperativo: «Definindo o traje característico da Madeira, achamos conveniente descrevê-lo com minúcia, não só para servir de estudo comparativo (...). como para evidenciar as muitas barbaridades que se tem feito, sobretudo no comércio» (Santos 1952:67). Ou ainda: «elucidar o público funchalense sobre a verdade das nossas canções populares e contribuir para a cessação dos destemperos com que enfeitavam as exibições folclóricas, sempre que alguém se lembrava de as apresentar. Enerva-me, sobretudo, quando se mostravam a estrangeiros, que ficavam fazendo do nosso folclore uma ideia sensivelmente diferente da realidade» (Santos 1942:XI).

Estava chegada a altura de **fixar** o elemento cultural característico da região, perfilhá-lo na tradição, desenraizá-lo do contexto social, retirar aos aspectos do quotidiano passado o respectivo enquadramento histórico. Por isso, parece-me não se tratar de um acaso, terem sido vários destes estudos sobre folclore editados pela autoridade responsável pelo turismo, enquanto regra geral, outros trabalhos de cariz etnográfico eram publicados por outros organismos.

Ainda neste domínio de vertente regionalista, há que acrescentar um determinado tipo de literatura de inspiração etnográfica, na maioria dos casos empreendida no estilo de breve crónica romanceada, orientada vagamente na tradição de acontecimentos históricos (Câmara 1931; Aguiar 1951). Podemos inserir esta produção num espaço de criação literária, no qual o elemento dito etnográfico serve de enredo (4).

Contexto bem diferente encontramos na investigação sobre o arquipélago feita a partir do exterior, por autores de fora, a trabalharem para um âmbito externo de preocupações.

Tornou-se claro, no exemplo proporcionado por Alvaro Rodrigues de Azevedo, como determinadas correntes e linhas de força na investigação científica se podem articular com o exterior.

Passemos agora em revista, e num relance rápido, quais os etnólogos que a partir de finais do século passado se haviam de interessar pela Madeira.

Há que mencionar a estadia curta, e daí forçosamente superficial, de José Leite de Vasconcelos (1926). A caminho dos Açores, em busca do seu **mês de sonho** (Silveira 1959), este destacado académico limitou-se a conhecer as facetas turísticas e a reproduzir os **clichés** mais convencionais da **imagem** de que o arquipélago já então disfrutava no exterior. O carro de bois em que se deixa transportar nada de etnográfico tem, a não ser por estar associado ao turismo funchalense e os lisboetas os co-

nhecerem pelos bilhetes postais ilustrados (Vasconcelos 1926:137). Tão pouco se pode considerar o vinho como uma característica popular e daí eventualmente etnográfica (Vasconcelos 1926:139-140), mas por outro lado lamenta a grande influência inglesa na cidade (Vasconcelos 1926:140), só lhe parecendo o domínio da festa comum ao continente. De facto Leite de Vasconcelos neste aspecto e nomeadamente na avaliação da vida material olha a ilha com a pressa do forasteiro. No entanto datava de tempos anteriores o seu interesse pela etnografia madeirense, na medida em que conhecia o **Romanceiro** de Rodrigues de Azevedo (Anuário 1882: 69-82) e numa carta escrita em 1883 a António Tomás Pires, confessa a sua ansiedade em explorar «todos os dialectos portugueses intra e extra-continentais», frizando ter alguns elementos sobre a Madeira (Gama 1964: 49-50). Por aqui podemos compreender um dos traços característicos nestes etnógrafos; raramente olham o presente na sua dinâmica, mas sempre e quase exclusivamente em função dum produto do passado. No entanto estas considerações críticas em relação a José Leite de Vasconcelos seriam descabidas, se o avaliássemos só na base desta sua curta e ocasional estadia na ilha da Madeira. Mais importante e relevante no contexto de análise presente, é sem dúvida alguma, o facto de o autor da monumental **Etnografia Portuguesa** — cujo subtítulo, **Tentame de Sistematização**, é expressivamente claro — proceder à elaboração global do Arquipélago da Madeira baseando-se no **Elucidário** (Vasconcelos 1936). Uma questão para nós hoje crítica, mas que, por outro lado, não deve conduzir a que se silenciem os aspectos francamente positivos do vasto trabalho etnográfico que Leite de Vasconcelos empreendeu, organizou e promoveu em Portugal continental. O que sobre a Madeira escreveu veiculava, no final de contas, o conteúdo dos artigos relativos a esta ilha vindos a público na revista que dirigia. Eis uma questão ligada à realidade social e à consequente forma, como se tratava o material etnográfico e se produzia o discurso antropológico.

A escola das **Coisas e Palavras** permitiu que se coligissem pela primeira vez elementos da vida quotidiana nas duas ilhas (Brüdt 1937-38; Monteiro 1947-50), dando-se realce à situação contemporânea e à cultura material. Desta forma passam a existir duas monografias relativamente extensas, inserindo-se esta actividade num plano global extensivo a todo o País.

Finalmente enumerem-se outros trabalhos também realizados num âmbito e propósito de cobertura geral de Portugal e Ilhas. Surge a pesquisa sobre os moínhos de vento do Porto Santo, conjuntamente com os dos Açores (Oliveira/Galhano/Pereira 1965), no qual estes investigadores estendem ao mundo insular os levantamentos de técnicas tradicionais que vinham realizando no continente. Fizeram-no numa perspectiva estritamente **etnológica**, concretizando no fundo a proposta de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), segundo a qual haveria que olhar Portugal e as Ilhas como um todo (Coelho 1896). Estava-se caminhando para o levantamento dum Atlas Etnológico à escala nacional. Foi o tratamento mais amplo até à data empreendido em torno de aspectos materiais do quotidiano insular. Existem outros estudos, em geral publicados

em artigos, mas onde a Madeira e/ou Porto Santo aparecem quase sempre como dados ocasionais de comparação com os Açores e dentro do esforço de investigação desenvolvido pelos etnógrafos deste grupo de ilhas sobre o seu próprio arquipélago (Costa 1954).

O interesse despertado pelos aspectos culturais ou sociais insulares não se limitou exclusivamente aos etnógrafos locais ou aos de fora; bem pelo contrário, outros especialistas dedicaram-se bastante ao arquipélago, principalmente à ilha da Madeira. É o caso dos geógrafos, sucessores dos botânicos oitocentistas.

Desde princípios do século que se havia passado da herborização e da classificação sistemática para a recolha-observação, no intuito de analisar ambientes ecológicos a partir duma abordagem bio-geográfica (Rikli 1912). Nesta mudança de atitude no estudo do mundo natural, destaca-se a monografia do dinamarquês Martin Vahl dedicada à ilha da Madeira (Vahl 1905). A sua leitura atenta é hoje de interesse no aspecto social, na medida em que fornece alguns dados interessantes para a avaliação do enquadramento agrícola da época.

Contudo é ainda um estrangeiro que, combinando uma aturada e intensa investigação bibliográfica com uma estadia *in loco* durante o ano de 1928, redige a primeira geografia regional no estilo clássico (Hartnack 1930). Trata-se, sem margem de dúvida, do primeiro estudo segundo critérios modernos; pormenor este de realçar, entre outros motivos pela exaustiva resenha que faz da bibliografia dispersa existente, como sobretudo pela inserção do elemento humano. É um sólido trabalho respeitando o modelo-grelha para tratamento de ilhas, muito divulgado na Geografia, desde que Franz Wilhelm Junghuhn publicou a sua célebre monografia sobre Java (1852-54) — facto, aliás, posto em evidência por H. Lautensach (1949:212).

Haveria de ser o Congresso Internacional de Geografia, realizado em Portugal no ano de 1949, a servir de autêntica rampa de lançamento do arquipélago da Madeira, em termos de despertar definitivamente a curiosidade científica incidindo nos aspectos da realidade humana. Na excursão então empreendida a esta ilha participaram, entre outros, o referido geógrafo alemão Hermann Lautensach, investigador incansável e autoridade internacional sobre a Península Ibérica (5), e o etnólogo António Jorge Dias (1907-1973). Desta estadia guiada que durou alguns dias (23 de Abril a 10 de Maio), Lautensach iria redigir um curto, mas interessante artigo (Lautensach 1949), em que reflecte sobre os traços eventualmente comuns entre a paisagem humanizada madeirense e as de Portugal continental. Fazendo apelo à sua experiência no terreno peninsular, como ainda à História, inclina-se a olhar a Madeira como uma variante próxima do Minho (Lautensach 1949:222). A. J. Dias aproveita o seu rápido contacto com o mundo insular para tecer algumas considerações sobre elementos de comparação, igualmente no propósito de estabelecer «nítidas relações de parentesco entre a Madeira e algumas províncias portuguesas» (Dias 1952:201). Também lhe interessa a «origem étnico-cultural» da população insular, leia-se as formas como se processa a **difusão de cultura**. Embora estejamos perante dois curtos trabalhos de reflexão, não deixa

de ser curioso constatar como um geógrafo e um etnólogo, nesta década de 40, se preocupavam em pensar uma realidade insular, explicando-lhe a origem. Enquanto um está mais sensibilizado para encarar o domínio social nas relações resultantes do ambiente natural transformando, o segundo tenta discernir Cultura como elo das relações sociais. Em ambos os casos o recurso à História desempenha função similar: a origem a justificar os rudimentos da realidade presente.

Contudo a figura-chave é o geógrafo Orlando Ribeiro, autor da monografia sobre a Madeira que até aos nossos dias mais impacto haveria de ter (Ribeiro 1949) (6). A ela posteriormente todos os geógrafos se hão-de referir, e mesmo os restantes representantes de áreas afins, partirão deste estudo, elaborado como guia para o referido Congresso. Comparado com o trabalho de W. Hartnack, o livro de O. Ribeiro é mais incisivo no que respeita o conjunto dos aspectos de geografia humana, utiliza fontes entretanto mais actuais. Resumindo: empreende uma síntese da sociedade insular, olhando-a como resultado da origem histórica confrontada com o meio natural. Assim a Sociedade pouco parece influir nesse contexto; envolvida entre os elementos transplantados do continente e a realidade geográfica adaptada e transformada de acordo com esse código, é o relacionamento do Indivíduo com a História Cultural que parece sobressair.

Posteriormente alguns geógrafos haveriam ainda de publicar trabalhos de menos fôlego sobre esta ilha; no entanto, após Orlando Ribeiro ninguém se abalançaria a outra visão global da Madeira.

O Vale de S. Vicente, na costa Norte, seria objecto duma análise sobre os efeitos prováveis da «abertura» duma economia camponesa a um mundo mais vasto, dinâmica esta proporcionada pelas vias de comunicação (Grievés 1957). A parte leste serviria ainda de pano de fundo a um curto artigo elaborado no âmbito dum projecto sobre formas de utilização da terra em paisagens insulares (Smith 1968).

Mais recentemente a ilha seria objecto de análise pormenorizada, feita com base em materiais quantitativos, focando a demografia, a estrutura social e o contexto de desenvolvimento económico (Blümel 1973). A este autor interessava prioritariamente verificar a que nível-limite se situaria a capacidade de resposta das variáveis de ordem geográfica citadas perante a elevada densidade demográfica existente.

A **imagem** construída a partir da pesquisa feita sobre o Arquipélago da Madeira, e de incidência social e/ou cultural, caracteriza-se por diversos factores, estabelecidos paralelamente sem articulação intencional entre si. Globalmente essa **imagem** proporciona uma acentuação da tónica cultural, diluindo-se a preocupação de cariz sociológico.

Uma análise mais atenta permite esboçar mais detalhadamente alguns dos pormenores que condicionaram o processo de construção dessa **imagem**.

As Tradições Populares foram o domínio onde emergiu uma produção científica inspirada na área das Humanidades. Este interesse data de finais do século passado, surge num contexto político que é a monarquia constitucional, insere-se num conjunto mais amplo de viragem científica, que

se vai coordenando a nível nacional. No evoluir destas novas esferas de interesse intelectual pressente-se a liderança de algumas das mais destacadas figuras do mundo das letras. Estas vão-se gradualmente transferindo para a tarefa de assumir a coordenação e centralização das recolhas de materiais da tradição popular, empreendidas nas mais variadas zonas do Continente e das Ilhas.

Teófilo Braga, Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, embora mostrem sensibilidades e defendam metodologias de trabalho diferenciadas, pugnam em torno dum mesmo programa-objectivo e são os chefes de fila deste movimento de recolha e de pesquisa etnográficas. O primeiro deles chega mesmo a realizar a primeira tentativa de síntese global nacional, recorrendo aos muitos contributos isolados existentes, nomeadamente a Álvaro Rodrigues de Azevedo no que respeita à Madeira (Braga 1885). Mas a acção de coordenação destes animadores da nova disciplina far-se-á sentir igualmente através dos esforços desenvolvidos para o lançamento e manutenção de revistas da especialidade — os veículos de comunicação e de coesão para uma comunidade científica emergente. Assim se poderá entender a participação de Rodrigues de Azevedo no efémero **Anuário para o Estudo das Tradições Populares Portuguezas** (Azevedo 1882) (7).

A utilização dum discurso de teor etnográfico verificada nas últimas décadas de oitocentos tem a situação política do País por pano de fundo; a descoberta do Povo, o **registo escrito** daquilo que até então constituía património da **tradição oral** — entenda-se como tal um conjunto de normas de comportamento social a servirem de enquadramento às relações sociais existentes no mundo camponês — estabelece bases para a crítica do regime e das instituições vigentes. Ultrapassar a ordem monárquica, caminhar para um sistema republicano através de reformas, ou seja, transformar a sociedade portuguesa. Nesta caminhada o posicionamento político pessoal acompanha a reformulação das grandes questões nacionais. Não nos esqueçamos que tanto Teófilo como Adolfo Coelho fizeram parte do grupo de promotores das Conferências Democráticas (1871).

O primeiro haveria de militar como parlamentar para pôr termo ao regime, o segundo empenhou-se na Reforma do Ensino. Eram correntes de pensamento novas que se estavam a difundir para equacionar outras formas de encarar a vida nacional, tanto no presente, como no passado. Valorizar as tradições populares (portuguesas) equivalia a introduzir uma perspectiva nova na análise, a elaborar programas diferentes para o estudo do passado comum. Tratava-se, no fundo, de relativizar historicamente o poder monárquico, acentuar a identidade secular da Nação, cujos traços de persistência cultural também teriam de aglutinar as camadas populares, predominantemente rurais. Assim, os momentos altos evocativos do passado nacional, comemorados nos grandes Centenários, transformaram-se no palco predilecto para confronto de ideias.

Regressando ao âmbito mais restrito do presente trabalho, verifica-se que o despertar do interesse pelas tradições populares recolhidas no Arquipélago, insere-se no referido contexto nacional; foi um contri-

buto para mostrar um outro Portugal, o das regiões, culturalmente perpetuado pelas manifestações tradicionais de índole popular, testemunhando a força (ainda) presente desse passado. Neste sentido, as recolhidas regionais iam alimentando um «arquivo de tradição», mas dados os imperativos práticos do trabalho e da síntese científicos, gerido no e para o centro da vida intelectual do País. Por isso, ao analisarmos o despontar e a consolidação da investigação etnográfica neste final de século, entrevemos neste caso, talvez exemplar, uma faceta do centralismo característico da vida político-intelectual portuguesa. Este facto explica, em nosso entender, a pouca repercussão obtida por Álvaro Rodrigues de Azevedo, ao dedicar-se a esse campo ainda difuso da pesquisa literário-histórico-etnográfica, no meio onde vivia e trabalhava.

A publicação da primeira edição do **Elucidário Madeirense** reflecte uma alteração global nos parâmetros político-sociais a nível nacional, como também o evoluir da situação no próprio arquipélago. O País tinha ultrapassado o regime monárquico e, não menos importante, datava de 1901 o decreto que concedia autonomia administrativa ao distrito. A obra do Padre Fernando Augusto da Silva, em co-autoria com Carlos Azevedo de Menezes, traduz essa nova realidade. De cunho regionalista, como atrás foi sublinhado, enquadra-se na comemoração dum Centenário, o da Descoberta do Arquipélago, celebração que o principal responsável pelo **Elucidário** gostaria ter visto acontecer a nível nacional. A este respeito a segunda edição ainda seria mais significativa; vem a público a propósito dos Centenários da Independência e da Restauração.

Deste modo a obra passa a constituir a base, o «arquivo» do saber regional, a fonte que passará a recurso permanente. Simboliza o emergir duma produção de conhecimento própria e já não elaborada em função da centralização constatada para finais do século anterior. A tentativa de descentralização administrativa faz-se aparentemente acompanhar duma correspondente autonomização intelectual. O regionalismo daí surgido será o fundamento dos trabalhos folclóricos editados entre os anos 30 e finais da década de 50. Os seus autores são estudiosos locais, desligados do contexto nacional (central) da pesquisa etnológica e, talvez por isso, quase exclusivamente preocupados em fabricar uma **imagem** regional, característica ou mesmo típica. De facto, no **Elucidário** têm prioritariamente cabimento os aspectos mais próximos duma especificidade regional, desde a inventariação dos recursos naturais, ao encaideamento de acontecimentos ocorridos no passado e o registo da actuação de donatários, capitães-generais, governadores e políticos que melhor souberam defender os interesses locais.

Uma tal deslocação das atenções para o arquipélago-região, traduz o peso da indústria turística, mas também a política cultural central da época: as regiões formam um Portugal, de unidade histórica na diversidade folclórica. A identidade nacional é sublinhada pela gesta do Descobrimento, a diversidade pela forma como ao longo dos séculos os elementos culturais difundidos teimaram em persistir nos usos, costumes, na língua, no Povo. Embora partindo das regiões, na verdade é a directriz central do Estado Novo que produz ruralidade, padronizando folclores

descentralizados. Em última análise, esta política regional; apoiando-se no folclorismo, sublinhando a cultura popular tradicional, vota ao ostracismo qualquer foco de interesse pela dinâmica social à escala regional.

As restantes vertentes que trataram o Arquipélago — a dialectologia, os levantamentos para o Atlas Etnológico, a geografia — viram a Madeira na perspectiva de investigação formulada nos centros (nacionais ou internacionais) de produção científica. Sob este aspecto, não contribuíram directa e implicitamente para a elaboração da **imagem**, mas utilizaram-na pelo lado comparatista.

2. A experiência de campo ou o contacto com uma realidade

A área previamente escolhida abrangia a zona oeste da Madeira, mais precisamente a chamada **Costa de Baixo** (8). Embora relativos os critérios definidos na selecção duma zona para trabalho de campo intenso, mesmo quando **estacionário**, parti do princípio ser conveniente centrar a minha atenção em Freguesias aparentemente menos envolvidas na área de influência directa da cidade do Funchal. A zona da Calheta pareceu-me mais apropriada que a costa norte. Nesta última, o leque das principais produções agrícolas não é tão amplo, dadas as condições climatéricas predominantes. As culturas consideradas subtropicais, **ricas**, como a bananeira, encontram-se quase ausentes da metade norte da ilha. Por outro lado, o concelho da Calheta está a uma distância considerável do Funchal, crendo eu resultar deste facto arbitrariamente estabelecido, uma maior concentração do quotidiano nos limites mais restritos do concelho, talvez mesmo nalguns casos das Freguesias limítrofes. Finalmente pensei que a inexistência de infra-estruturas turísticas com carácter permanente, constituísse uma variável importante para observar um quotidiano assente na actividade agrícola. Nesta ordem de ideias, decidi-me por uma área que compreendesse por um lado o conjunto das produções existentes na ilha e, por outro, administrativamente circunscrito a uma unidade territorial.

Comecei por assistir ao corte da cana-sacarina, plantada nas parcelas de terreno mais próximas do litoral. Durante este período o trabalho é contínuo, pois uma vez apanhada, a cana tem de seguir rapidamente para o engenho, a trabalhar em regime de laboração contínua. Grandes camiões e pequenas furgonetas asseguram o escoamento, consoante o tipo de estrada que dá acesso aos terrenos. As viaturas vão de tal forma carregadas que raramente conseguem circular sem porem terceiros em perigo; têm de seguir pela esquerda, constituindo esta manobra um risco para o restante trânsito, sobretudo quando se desconhece esta realidade do período da safra.

Aos domingos toda a Freguesia parece morta, excepção feita aos homens que acartam a cana. As pessoas envergam fato domingueiro, a fim de irem à igreja, aproveitando a ocasião para após a missa conversarem, enquanto as mulheres fazem alguma compra.

Os pequenos estabelecimentos são, regra geral, tabernas funcionando simultaneamente como mercearias polivalentes. Os fins-de-semana

podem ser aproveitados para uma outra actividade em plena efervescência em quase toda a ilha: a construção particular de habitação própria. Na maioria dos casos o proprietário constrói uma casa, socorrendo-se da ajuda de homens da família ou vizinhos. Para fases mais específicas da obra, como o cálculo da mistura de cimento para as placas que assentam nos alicerces, ou mais tarde para a parte de carpintaria e de canalizações, chamam algum mestre conhecido e residente nas imediações, sendo o respectivo trabalho remunerado. O facto de alguém estar construindo uma casa significa aos olhos da vizinhança um aumento de prestígio social que, por sua vez, traduz uma situação financeira melhorada. Só assim se consegue fazer face às diversas despesas inevitáveis, nomeadamente a aquisição dos materiais de construção. Grosso modo, nota-se exteriormente uma alteração nas condições de habitação. Além dos que estão empenhados numa casa nova, existem muitos outros realizando melhoramentos em casas antigas: acrescentam uma divisão, ampliam a cozinha, renovam os telhados, procedem a modernizações na instalação eléctrica ou abalançam-se a pôr **água na parede**.

A minha presença assídua nas diversas Freguesias do Concelho foi rapidamente notada. Tratava-se do período em que o inquiridor é inquirido. Revelou-se fácil abordar formalmente as pessoas, o que a pouco conduzia, isto ser impossível ir além das conversas de circunstância. Não era difícil trocar algumas frases acerca do estado das produções agrícolas, do aumento constante dos preços, ou ainda sobre as condições meteorológicas registadas nas semanas anteriores. Assuntos em que se chega rapidamente a um consenso, desde que se esteja na **venda**. É o próprio taberneiro a empenhar-se no envolvimento dos seus fregueses na conversa. Esta fase de certa expectativa iria terminar rapidamente.

Entretanto tinha começado a estabelecer contactos com as figuras destacadas da Freguesia e no âmbito do Concelho: os párocos, o presidente da Câmara Municipal, os responsáveis pelas Juntas de Freguesia. Desde já posso adiantar terem sido os primeiros os elementos decisivos. O simples facto de ir ter com eles, dissipou um pouco da desconfiança e da curiosidade das pessoas que ao longo do dia me encontravam sucessivas vezes, indagando-se certamente sobre as verdadeiras razões da minha tão franca disponibilidade em permanecer dias seguidos naquelas bandas. Nessa altura não constava ainda o meu local de residência, um quarto no pequeno hospital da zona (9). A reacção dos padres foi primeiramente de abertura formal, mas um pouco distanciada. Certamente não estavam ainda a compreender bem a razão que me levava a escolher aquela Freguesia e não outra, porventura até mais próxima do Funchal. Decidi-me por uma segunda visita de apresentação, desta vez munido da credencial emitida propositadamente para o efeito por uma instância regional e onde se solicitava a colaboração possível. No domingo seguinte, no sermão da missa mais concorrida, os párocos anunciaram à população a minha presença naquelas paragens para fins de estudo, assegurando aos fiéis que eu **vinha por bem**. A partir desta altura, tudo principiou a transformar-se. Não só as pessoas apressavam-se a saudar-me quando eu passava, como se aproximavam buscando

conversa, convidando-me a provar do seu vinho, sempre melhor que o do vizinho. Mais significativa foi talvez a mudança de atitude nas mulheres. Se até aí cumprimentavam sem olhar, passaram a parar, demorando-se para uma troca de palavras. Inquiriam-me não tanto sobre o possível objecto final do meu trabalho, mas em relação ao que eu procurava naquele momento.

Tinha conseguido o acesso à população, faltava-me tentar descongelar a reserva existente a meu respeito por parte das **famílias influentes**. Para tal era preciso uma outra via que obviamente não passava pelos responsáveis autárquicos, nem pela instância eclesiástica local. Passava sim pela selecção social. Esse contacto e a posterior aceitação seriam alcançados através das redes informais de conhecimentos pessoais, despoletados através do Funchal (10).

No meu programa previra uma fase inicial com um curto inquérito às instituições onde me parecia concentrarem-se os contactos da generalidade das pessoas, não só entre si, como mesmo com o exterior. Interessava-me saber em que medida as **vendas** eram pólos reais de atracção e, ao mesmo tempo, tentar averiguar se os respectivos proprietários constituíam elementos importantes no estabelecimento de contactos para fora. Por outro lado, pensei ser esta uma forma, naquele momento a mais eficaz, de não só conhecer muita gente, como ainda me fazer notar, para aperceber-me quais os assuntos que absorviam as pessoas no seu quotidiano.

No fundo estava a esboçar uma via exploratória porque não me sentia seguro em relação a uma temática determinada. Percorri as **vendas**, constatando que só poucas funcionavam todos os dias. Eram as favorecidas por se situarem perto da estrada principal, de forma a aproveitarem-se das boas condições de acesso, da passagem de carros particulares, mas sobretudo da proximidade da paragem das camionetas de carreira, os **horários**. Os outros estabelecimentos abriam esporadicamente. Alguns nunca sequer os vi com as portas abertas; haviam sido transformados em armazéns, atendendo só aos fins-de-semana fregueses. Nos outros dias, os respectivos donos iam tratar dos seus pedaços de terra. Além de constituírem um centro de convívio, estas **vendas** com atendimento diário regular, serviam de mercearias, com um **stock** relativamente grande, mas mantendo um leque reduzido de mercadorias. Todos me confirmaram este dado. Não valia a pena diversificar a oferta porque as pessoas preferiam fazer as compras mais caras e mais seleccionadas na Ribeira Brava ou no Funchal. Por isso o comércio local de retalho limitava-se exclusivamente aos produtos alimentares de grande consumo: massa, açúcar, arroz e sal. Os donos destes estabelecimentos garantiam ser impossível viver desta actividade. A taberna deixava-lhes algum proveito, pois era uma forma de escoar a própria produção vinícola. Na sua qualidade de comerciantes a tempo parcial, eles não se sentiam como pessoas importantes na área. Eram agricultores e sempre que alguma tarefa mais premente o exigia, abandonavam o balcão, deixando a mulher ou um dos filhos a atender os fregueses.

Esta experiência deixou-me uma impressão ambígua. Se por um

lado me ia começando a aperceber de algumas componentes menos visíveis da realidade local, por outro compreendia como a quantificação de dados, além de tecnicamente difícil, ou mesmo impossível, pouco adiantaria. A reduzida lista de produtos alimentares regularmente adquiridos pela população revelava quando muito a diversidade das produções cultivadas para consumo próprio. No entanto a observação da paisagem que me envolvia não dava resposta a tudo.

Se até então me havia movimentado sobretudo na zona litoral e mais densamente povoada, comecei a dar mais atenção ao interior montanhoso e de acesso dificultado pela insuficiência da rede viária. Subi em direcção ao Rabaçal, verificando que acima dos 800 metros de altitude aproximada, nesse período de Março, a paisagem agrária se caracterizava pelo verde intenso das searas. Cor, culturas, forma dos **poios**, aproveitamento do terreno, tudo se conjugava num contraste inesperado para quem viesse da beira-mar. Presenciava-se uma sucessão gradual de andares ecológicos, a servirem de plataforma a zonas diferenciadas no que respeita a exploração agrícola. Enquanto no litoral o condicionamento da produção não estava directamente dependente das quatro estações do ano, ou seja, os produtos de cariz subtropical dispunham duma situação climatérica favorável, à medida que se subia para o interior, surgiam as produções habitualmente difundidas nos ambientes mediterrânicos — principalmente os cereais de pragana —, e ainda um sistema de rotação de culturas leguminosas ou arvenses. A partir deste elemento seria difícil encontrar numa Freguesia qualquer unidade natural. Constituí precisamente um dado característico da divisão administrativa das Freguesias madeirenses, o facto de se estenderem do litoral para o interior.

Regressando ao centro do Arco da Calheta, decidi descer até ao mar, a fim de verificar se existiria mais algum andar ecológico. Embora a situação encontrada não fosse tão clara, como acontecera no interior, havia pequenas áreas onde a cana-sacarina cedia espaço à bananeira, nomeadamente na Fajã do Mar.

Este um **Lugar** onde praticamente quase ninguém residia. Duas mulheres disseram-me serem **de cima**, do Arco, e descerem duas vezes por dia, a fim de olharem por uns pedacitos de terra, o que equivalia a uma caminhada de meia hora por uma ladeira íngreme e estreita. O escoamento dos cachos de banana, **as pencas**, tinha de ser feito aos ombros de carregadores. Pediram-me informações e esclarecimentos sobre crédito agrícola, queixando-se dos estragos causados por um violento temporal ocorrido em Janeiro. De facto boa parte dos canaviais encontrava-se deitada por terra e as bananeiras estavam bastante esfaceladas, com os cachos caídos e algumas plantas arrancadas. Depois de alguma conversa e após terem-se apercebido de que eu não era técnico da autoridade agrícola, afirmaram parecer-lhes que tais ajudas financeiras do Estado à lavoura não favoreciam o trabalho, mas antes a preguiça e o desleixo.

Na manhã seguinte, sábado, tive novamente oportunidade de voltar a descer com o Luís e o pai à Fajã do Mar. Queriam apanhar papaias

e salsa. Disseram-me então, não irem naquele dia regar as bananeiras que lá tinham, porque chovera durante a noite. Era um passeio para dar uma vista de olhos às coisas.

Os percursos relativamente longos percorridos até essa altura, deixaram-me cada vez mais a sensação de que a distribuição dos diferentes pedaços de terra, possuídos e cultivados por um determinado agricultor seria mais importante, do que a simples constatação — aliás presente nos trabalhos elaborados pelos geógrafos — da existência de três andares ecológicos. Parecia-me evidente e necessário realçar o aproveitamento social feito a partir desse enquadramento natural.

Voltei a concentrar-me nas zonas de altitude, bem acima dos canaviais e de maior dificuldade no acesso. Dei especial atenção ao Sítio do Pinheiro, cedendo à insistência das pessoas do centro da Freguesia. Uma vez mais à-vontade com os moradores, vi que eles distinguíam entre o Pinheiro de Dentro, o Pinheiro de Fora e o Pomar. Pareceu-me notar-se uma maior fragmentação da terra; parcelas ainda mais pequenas do que no centro e beira-mar da Freguesia. Um suspeita que cedo se revelou não ter grande alcance real. Eu estava a confundir os inúmeros canais de rega com a separação de terrenos, deixando-me iludir também pela relativa uniformidade de culturas existentes nas áreas mais quentes e abrigadas. Se lá em cima não se dedicavam à cana, nem à banana, era porque as condições climatéricas o impediam. A observação superficial da vegetação pode desta forma induzir a erro na interpretação social. Aliás, as gentes do Pinheiro sempre se lamentavam de estarem confinadas **àquele fim do mundo**. Não possuíam pedaços de terra nas zonas baixas. Pior que este infortúnio, era a infelicidade de o terreno e o clima não permitirem ter vinhas. Disso estavam bem tristes, pois vinho só podiam fazer da grande quantidade de pêros e maçãs de que dispunham. Vinho de uva, esse só comprado.

Os residentes no Pinheiro mostraram-me outras facetas do seu quotidiano, ainda pontualmente presente. A maioria das casas era de construção antiga e dispunha de forno. Quase todos coziam regularmente pão, comprá-lo feito apenas algumas vezes por mês, quando as tarefas no campo não deixavam tempo para amassar, ou se a reserva de cereal estava já quase gasta. A Senhora Rosa explicava-me pacientemente esta engrenagem da sua economia doméstica, sublinhando que embora o pão caseiro desse tanto trabalho, no fundo tinha melhor gosto, demorando mais a ficar duro e seco. Muitas das mulheres mais avançadas na idade mantinham os teares, esforçando-se ainda por arranjar umas horas de maior disponibilidade para tecerem. As mais idosas mostravam-me os seus enxovais e toalhas de linho, dizendo nunca lhes terem dado uso, mas serem de grande estimação, porque herdadas de suas mães. Lamentavam-se pois as raparigas já nada faziam, iam à escola, não tinham tempo para aprenderem estas técnicas, querendo andar vestidas como as pessoas do centro da Freguesia. Mas elas próprias pouco teciam. Neste aspecto, o seu quotidiano assenta desde sempre no bordado, pelo dinheiro que rende. Quando muito remendavam alguma peça de vestuário dos maridos, que teimavam em usá-las para o trabalho.

O contacto com as gentes do Pinheiro, como mais tarde com as das Florenças, fez-me reflectir sobre as receitas destas famílias. Nas outras partes da Freguesia esta questão parecia-me mais compreensível e transparente. Quem tem bananeiras, vai vendendo os cachos que vão amadurecendo ao longo do ano. A cana-sacarina, além de fornecer alimento ao gado permanentemente estabelecido, assegura alguma coisa, quando **socada** e posta à porta do engenho. O vinho é certamente o produto mais apetezido, não só pela rentabilidade, como pela relativa facilidade de conservação; mas, estas precisamente as culturas agrícolas inexistentes no Pinheiro. A receita do bordado não é exclusiva deste **Lugar**. Borda-se em toda a Freguesia. Desvendei parte do enigma, quando uma vez marquei um encontro para as seis horas da manhã. Nessa altura compreendi o motivo que tinha levado as autoridades a calcetarem há muitos anos a grande ladeira que ligava o Pinheiro à estrada principal no centro da Freguesia. Duas vezes por dia, de manhã e à noite, o camião dos Lacticínios ia buscar o leite fresco. Era esta a receita mais regular e que servia às mulheres de fundo de maneio para enfrentarem as necessidades mais prementes. Este dinheiro permite-lhes o contacto quase diário com o mundo exterior, representado pela **venda**, onde os fregueses certos têm as compras **apontadas**, ou pela ida esporádica à sede do Concelho adquirir algum bem de consumo duradouro e fora do âmbito alimentar.

Além da faina agrícola propriamente dita, todas as mulheres disponíveis e em idade de trabalhar, levantam-se cedo para mungir as vacas e tratar do leite, esperar o carro da recolha, repetindo-se esta sequência de tarefas ao fim da tarde. De facto **viam-se palheiros** por quase toda a parte, embora muitos deles já tivessem telhados de zinco, a substituir o colmo. Durante todo o dia quase não se vêem homens, excepto os idosos. Embora no Pinheiro de Fora só residam à volta de 30 pessoas, o facto não deixou de me surpreender. As mulheres garantiam o funcionamento da produção agrícola e pecuária.

O panorama proporcionado por este lugarejo era bonito, despertando a atenção pelo contraste com as zonas mais baixas do litoral da Freguesia. Espalmado entre as matas de pinheiros que revestem quase todo o interior da ilha até cerca de 1200 metros de altitude e a rocha viva, talhada como que a martelo, que o separa e dificulta o acesso ao Arco, o Pinheiro parece uma outra ilha. As noites são frias, e mesmo com a Primavera adiantada, os nevoeiros matinais oferecem durante horas resistência tenaz ao sol. Nos dias de Outono ou de Inverno as neblinas súbitas escurecem o minúsculo povoado, escondendo ao olhar de quem se aproxima os terrenos minuciosamente cultivados. Se a riqueza das cores da vegetação rente ao mar é intensa ao longo de todo o ano, provocando uma sensação de monotonia, no Pinheiro cada uma das quatro estações tem o seu conjunto de cores e paisagem correspondentes. Além das maçãs e dos pêros, há muita castanha e noz, que as pessoas gostam de guardar para o Natal. O surto de construção não se fazia sentir aqui **em cima** da forma como se verificava nas áreas mais baixas da Freguesia. As piores condições financeiras dos seus habi-

tantes e do conseqüente nível de vida mais modesto, há que juntar o encarecimento das obras pelo encaminhamento até acima do cimento ou a deslocação de algum mestre. O esforço para a substituição de materiais tradicionais por outros de origem industrial era notório na cobertura dos **palheiros** — o grande capital privado no Pinheiro. As pessoas revelam-se bastante críticas face a determinadas alterações no seu dia-a-dia; os telhados de zinco, diziam-me, fazem o gado sofrer bastante. No Inverno arrefecem o **palheiro**, no Verão transformam-no num forno, onde a vaca sua quase constantemente. No entanto, que fazer? **Abafar** com palha é agora muito difícil, porque o cereal semeado é pouco, não há homens para malhar, o centeio não rende. Ou seja, a área eventualmente ocupada por cereal de pragana, se não for trigo para amassar pão, não é minimamente compensadora. A **semilha** e o milho garantem maior produção em termos de quantidade e asseguram uma reserva alimentar para mais tempo durante o ano. A lógica do progresso é adoptada com a flexibilidade que as circunstâncias impõem.

Despertou-me curiosidade saber até que ponto as pessoas, vivendo frequentemente tão dispersas, tinham a noção de pertencerem a uma Freguesia, encarando o respectivo centro como pólo de atracção.

Colocada directamente a questão, as respostas eram na maioria dos casos evasivas; afirmavam que tudo dependia muito dos caminhos existentes, sobretudo da possibilidade de os utilizarem no Inverno. No Verão, sublinhavam, qualquer deslocação era fácil, pois havia sempre um atalho, nem que fosse pela borda da **levada**. Tirando o abastecimento na **venda** mais próxima, e onde se é freguês certo na compra de massa, açúcar, arroz e sal, as restantes aquisições são feitas aproveitando uma ida à missa, ou uma deslocação à consulta médica. Nos contactos com o exterior, a noção de pertencer a um conjunto administrativo estatal ou paroquial é um hábito que se enraíza na base da facilidade de acesso, sobretudo nas épocas de Inverno. Nesse sentido todos me indicavam onde iam à missa, não coincidindo a igreja apontada forçosamente com a do centro da Freguesia. Nas suas relações com a Administração Pública, as pessoas encontram-se dependentes da respectiva divisão territorial. Contudo a Freguesia nenhum relevo tem nestes assuntos. Sempre que é preciso tratar de alguma questão burocrática é a sede do Concelho o destino inevitável. Muitas vezes aproveitam-se estas ocasiões para as tais compras mais esporádicas, por exemplo sapatos, vestuário, tecidos, pilhas para o rádio. A concepção do espaço, tal como os habitantes na Freguesia o entendem e apreendem é, por consequência, relativa e descrita em função do local onde se assiste à missa. Visto que uma Freguesia tem sempre várias igrejas, todos se reportam ao **Lugar** dessa ou de outra Freguesia, onde vão aos domingos. A delimitação dos **Lugares** é difícil de ser feita por uma pessoa estranha, apesar de alguns levantamentos cartográficos conterem informação bastante pormenorizada, indicando os mais importantes, situados no cruzamento de estradas ou de caminhos. Mesmo assim, da boca da população ouvimos referências e indicações a mais designações, sendo regra geral a respectiva delimitação feita por caminhos, ribeiros, levadas ou moinhos.

Optei por não participar sistematicamente no quotidiano duma família, esperando desta atitude melhores resultados práticos; através dum relacionamento mais distanciado inicialmente, mas mais amplo, concentrei-me na questão da minha própria mobilidade, uma vez que não dispunha de viatura nessa primeira fase.

Estava também a pressentir a escolha de uma Freguesia como demasiado arbitrária, pois a divisão administrativa constiuía um dado bastante artificial no quotidiano das pessoas. Elas encontravam-se envolvidas numa realidade mais vasta e para além dos limites administrativos da Freguesia: a sucessão de andares ecológicos, a inserção no sistema de mercado através de produtos seleccionados como leite, banana, cana-sacarina ou vinho. O contacto com estas realidades sectoriais conduzia-me lentamente a ver e indagar-me sobre os elementos globalizantes.

Não era eu a única pessoa a sentir regularmente a necessidade de me deslocar. As carreiras dos **horários** testemunhavam até certo ponto este tipo de procura. Grande parte dos utentes eram crianças em idade escolar, pois a partir do quinto ano de escolaridade obrigatória as escolas funcionavam a nível de Concelho. Dada a dispersão do povoamento, para muitos rapazes e raparigas a frequência às aulas só estava garantida através do serviço de transporte mantido pelas autoridades. Havia ainda os trabalhadores pendulares, na sua grande maioria contratados na construção civil, fora do concelho, em direcção ao Funchal. Formavam um pequeno contingente de homens novos que eu via unicamente aos fins-de-semana. A manhã e o princípio da tarde eram os períodos em que as mulheres iam tratar de algum problema pendente junto das instâncias oficiais, aproveitando para fazerem as tais compras atrás descritas. Finalmente viam-se pessoas que se dirigiam aos serviços de Saúde. O seu número chamou-me a atenção, nomeadamente o dos idosos, envergando fato domingueiro. Mais tarde, um médico esclareceu-me sobre este tipo de consumo terciário. A implementação generalizada e gratuita de tal assistência era relativamente recente. Registava-se uma autêntica explosão, não só na afluência às consultas, como na respectiva média por pessoa, por fim e no seguimento dos factores anteriores, no consumo de medicamentos. Tornava-se-me visível um sector da população mais flutuante.

Comecei a sentir interesse em assentar algumas ideias, no intuito de dar-lhes mais fundamento. Tentei reunir materiais empíricos, eventualmente na posse da Câmara Municipal. Logo verifiquei que os elementos de que dispunha este organismo resumiam-se unicamente ao conhecimento devido à experiência e ao conhecimento locais dos seus funcionários. Levantamentos topográficos, fotografia aérea, estatísticas de produções e outro material congénere, quando muito no Funchal. Não me pareceu naquele momento acertado solicitar informações sobre a estrutura da propriedade, na medida em que os meus interlocutores eram pessoas daquela área e estavam naturalmente envolvidos directamente nessa realidade. Sabendo da minha actividade, esforçaram-se por serem úteis, dando pistas e fornecendo-me nomes de pessoas ainda conhece-

doras das **coisas antigas**: artesãos, pastores que sabiam histórias, mulheres que conheciam receitas hoje esquecidas. Em suma, o esboço para um almanaque de curiosidades locais com sabor folclórico. Era visível a preocupação em me fazerem crer, ser o Concelho da Calheta bastante específico, diferente dos outros: usos e costumes, cultura antiga em vias de extinção, a urgência de proceder à respectiva salvaguarda. Assuntos do domínio da sociedade em que se inseriam, estavam pelos vistos ausentes das preocupações que eles pensavam poder ter um antropólogo. Sem dúvida, esta imagem impressionou-me, sobretudo porque me alertava para o modo como era assumida a **tradição**; uma retro-projecção quase histórica, cujos últimos vestígios poderiam ainda ser registados junto das pessoas mais pobres do presente, um passado com formas de vivência diferentes e não transparecendo através dessa memória (colectiva) qualquer diferenciação social. Acentuando unilateralmente a tradição popular oral, escondia-se que todos não tinham sido iguais. Reavivar o passado saldava-se, na maioria dos casos, pela reconstrução duma realidade desvinculada de carga social antagónica. Contudo, o contacto posterior com outras pessoas havia de me dar oportunidade de ouvir opiniões diferentes.

Esta reflexão levou-me a enveredar por uma busca mais sistemática do quotidiano desse antigamente. De facto pareceu-me que a melhor forma de abordar as pessoas mais pobres, porque economicamente desfavorecidas, seria tentar proceder a uma inventariação de **técnicas** tradicionais relacionadas com o processo de produção agrícola. Um trabalho nestes moldes obrigar-me-ia não só ao levantamento das actividades artesanais ainda existentes, como ainda a questionar os seus protagonistas e a mim próprio sobre as dificuldades de viver no passado.

Ocorreu-me reler apontamentos anteriores. Tropecei num, de Fevereiro. Depois de ter percorrido a Cova do Arco e Cales e Chada, vendo alguns homens semeando trigo em época tão atrasada, regresssei ao Arco da Calheta, indo descansar à taberna situada ao lado do Correio. Conversei com o dono que me perguntou a razão exacta da minha estadia. Falei-lhe no meu interesse pelas coisas da agricultura, embora não fosse essa a minha profissão. Começou então a dar-me a sua visão do progresso naquelas bandas. Rematando, afirmou que, em seu entender, tudo se tinha alterado para pior: muitos jovens a emigrarem, custava uma fortuna mandar vir um homem cavar ao dia, e ainda por cima, tinha-se que lhes dar alimentação ou bebida à descrição. Diferença para melhor, nestes tempos, só se via nas muitas casas novas espalhadas por toda a parte. Nesse sentido havia melhoria incontestável. Acrescentou ainda mais. Disse que as pessoas estavam sempre em zangas por causa da água, mas no fundo o progresso assentava no acesso à estrada, à luz e ao **guano**.

Creio nunca ter ouvido um resumo tão claro das preocupações reais e quotidianas no mundo rural da ilha: era a **equação madeirense**. Vinha desta forma à superfície uma das facetas mais relevantes no plano social.

Esta «descoberta» colocava-me novas questões. Como aplicar a

equação às zonas de altitude? Aqui o desejo das populações de dispor de estrada era manifesto, pois tais infra-estruturas permitiam o escoamento diário do leite, o acesso à energia eléctrica estava sendo satisfeito (provava-o muitas vezes o carácter provisório da ligação das casas à rede), deste modo as pessoas viam os parâmetros domésticos significativamente alterados (iluminação, aquisição de frigoríficos e de outros electrodomésticos, seguindo-se a televisão), contudo o **guano** servia prioritariamente aqueles que cultivavam terra nas zonas baixas, nomeadamente os produtores de banana. O investimento que implica a compra de fertilizantes só é possível e compensador, se feito para uma produção comercializável. Não era esta a situação dos lugarejos anteriormente citados, como o Pinheiro ou o Pomar. Lá, nem sequer tinham vinhas para amanho. Surgia assim uma diferenciação sócio-económica dentro duma mesma Freguesia ou no interior do Concelho. A localização dos diversos pedaços de terra dispersos, amanhados por um agricultor, parecia um dado fundamental para assegurar determinadas condições de vida. Por isso toda a gente com quem eu falava era unânime em considerá-los realmente pobres — embora trabalhadores e esforçados —, porque a sorte não lhes estava de feição. Era sintomático ver como as raparigas tentavam conseguir casamento com rapazes **de baixo**, conforme algumas mulheres mais tarde me haviam de confidenciar. Não havia dúvida estar-se perante o dilema das zonas vulgarmente chamadas **estruturalmente atrasadas**. A dedicação e o empenho das pessoas, o maior investimento em termos de trabalho exigido pela terra, o nível de vida mais baixo, todos estes factores pareciam conjugados para demonstrarem como as condições naturais submetiam os habitantes a uma diferenciação social.

Todavia só nas primeiras conversas se concluía estarem as coisas assim destinadas. O convívio posterior deixaria transparecer outras facetas importantes. Era interessante ouvir as mulheres falar. Todos se tratavam por uma alcunha, que traduziam para mim por um grau de parentesco afastado. Se apontavam para mais longe, diziam ser a terra que fulano estava amanhando. Quando um dia perguntei quem era o dono de determinada parcela, porque se via muita fruta caída no chão, prontamente me responderam ser todo o Pomar e mesmo o Pinheiro terra de **Senhorio**. Mencionavam finalmente outro pilar **histórico** da sociedade rural madeirense: a dissociação frequente entre propriedade e posse. Se é verdade que o valor da renda devido ao proprietário era insignificante, no entanto as pessoas davam-me a entender que **lá em baixo** havia muita gente com terra sua, comprada. Neste aspecto **lá em cima** eram todos iguais. A **equação** era válida e interessante como base de reflexão, na medida em que sintetizava a realidade global **em baixo** e que através dela eu tinha sido levado a testar a sua aplicabilidade **em cima**.

Afigurou-se-me cada vez mais premente estender a outras Freguesias a atenção até agora dispensada a uma única.

A Estrela da Calheta é um cruzamento importante nas comunicações dentro do Concelho e para fora dele. Situado acima da vila, nos últimos anos tem sido concentrada neste local uma série de infra-estruturas públicas: o pequeno hospital, uma filial bancária, um restaurante, a para-

gem obrigatória dos **horários**, as Finanças, vários pequenos estabelecimentos comerciais, uma farmácia, uma oficina de reparação de automóveis, uma praça de táxis. Mais que a sede do Concelho, onde fica a Câmara Municipal, a escola e o posto da Polícia, a Estrela tornou-se o ponto mais importante para contactos. Foi aqui que consegui quase sempre informações sobre todo o Concelho, especialmente quando pretendia uma indicação acerca dum provável informador.

Os temas das conversas repetiam-se; queixas contra os aumentos constantes no preço do **guano**, a falta de homens para trabalharem ao dia, a lista dos que abalavam para a emigração. Reflectindo bem, estes diálogos tornaram-me mais nítida a importância das **levadas**, melhor, da boa ou má sorte que podia caber a cada um, amanhando determinadas parcelas de terra com água ou aproveitando-as em regime de sequeiro. A água era na realidade um **leitmotiv** na boca de todos os presentes.

Apresentaram-me um homem idoso, como tendo sido durante quase toda a vida pastor. Conhecia a serra como as próprias mãos, afirmava-o incansavelmente. Perante a sua insistência, fiquei com a impressão de que antigamente esta actividade era considerada de inferior estatuto. Todos os pastores e boieiros que vim a conhecer entre o Arco da Calheta e a Ponta do Pargo, além de relativamente avançados na idade, não tinham de facto sido beneficiados pela sorte. Eram homens pobres, na maioria dos casos viviam de trabalhos de ocasião nas imediações, quando jovens haviam tentado trabalhar nas obras públicas (salário certo ao fim do mês!). Cuidavam agora de um pequeno terreno e tinham a fortuna de os filhos estarem emigrados na Venezuela. Um deles, depois de muitas rodadas de aguardente, aconselhou-me a ir ter com o Mestre Felisberto Inácio, da Ponta do Pargo. Foi assim que pela primeira vez tive oportunidade de me ver confrontado com o aspecto técnico-material da apropriação das zonas de altitude, incluindo o planalto do Paúl da Serra. Desmoronou-se-me a ideia que trazia da cidade e simultaneamente a imagem da Madeira que se fornece para o exterior: os veículos de arrasto, sistema específico insular, consequência dita inevitável do relevo. Pelos vistos aqui na **Costa de Baixo**, nos Prazeres e na Ponta do Pargo, os **carros de vacas**, dotados de rodado, tinham gozado de grande difusão. Todos os conheciam, e eu estava frente a um carpinteiro desses carros. Olhou-me desconfiado, como se a minha curiosidade fosse suspeita. Prontamente me declarou já não fazer «dessas coisas», isso pertencia aos tempos antigos, agora a vida era diferente. Como fazer um? Riu-se, pois não seria fácil. Necessitava-se de determinadas qualidades de madeira, o trabalho era lento, e para além do mais, os **carros de vacas** estavam proibidos de circular nas estradas alcatroadas e mesmo em algumas das outras. Uma postura municipal antiga assim o determinava, visto os rodados rebentarem o piso com as pesadas rodas cheias. Informou-me haver ainda gente, por exemplo no Carvalhal, na Maloeira ou na Santa, a fazer de vez em quando uso deles, cangando-lhes as vacas.

O técnico dos Serviços de Pecuária destacado na área, revelou-se uma pessoa altamente conhecedora do meio onde exercia o seu cargo. Desenvolvia a sua actividade a partir de um automóvel amarelo, que

toda a gente no Concelho distinguia à distância. Acenavam-lhe constantemente para darem recados, uns mais urgentes que outros, muitas vezes da parte de terceiros. Acompanhei-o algumas vezes. Os seus conselhos e pontos de vista eram interessantes, pois resultavam de experiência longa e permanente junto dos camponeses. Afirmou-me que cada proprietário de gado tem em média uma vaca. A inseminação artificial estava generalizada em toda a ilha da Madeira, sendo assegurada gratuitamente pelos serviços que representava. O seu dia-a-dia era preenchido por inseminações, acompanhamento da gravidez dos animais, assistências a partos, tratamentos de doenças que afligiam não só bovinos, como também caprinos, ovinos ou suínos. Este apoio constante e eficaz por parte de um organismo público representava, no fundo, a outra face da realidade que me havia já chamado a atenção no Pinheiro.

A questão é de grande alcance, pois revelava um mecanismo de ligação entre o Estado e a grande massa da população rural, onde os interesses das duas partes envolvidas no processo parecem convergentes. Ainda mais: trata-se duma estratégia para aglutinar uma multidão de pequeníssimos proprietários num circuito monetário modesto, mas concreto. Excluindo os cultivadores de banana, dada a conjuntura especialmente favorável que a política agrícola regional lhes proporciona, a grande massa camponesa baseia-se nas pequenas e regulares receitas da venda do leite para gerir as despesas quotidianas. Provavelmente são estas receitas que permitem organizar os seus orçamentos; é, como dizem, **ir deitando contas à vida, com o que Nosso Senhor vai deparando**. Sem dúvida que outras produções, como o vinho, traduzem-se em moeda sonante. Mas não se poderá desprezar a venda ocasional duma cabeça de gado para abate.

As sextas-feiras procedia-se à **matança de gado**, em sítios à beira da estrada. A tarefa era levada a cabo por um especialista, ajudado por uma série de «observadores activamente participantes», quer através do gesto de entendidos na matéria, quer ainda pela palavra ou pelo consumo de sucessivas e intermináveis rodadas de vinho. O trabalho executava-se de manhã, bastante cedo, numa situação que tinha algo de cerimonioso. O dono da bezerra vendida trazia-a, entregando o animal, a fim de se dar início ao «sacrifício». O organizador do abate, em geral um pequeno comerciante com estabelecimento, funcionava como intermediário no acontecimento e no negócio. O proprietário da rês a ser abatida, presenciava o desenrolar do processo, até para poder ouvir as constantes exclamações de admiração e de felicitação de todos os presentes, perante o peso e a qualidade da carne do animal que criara. Em seguida, procedia-se à venda, pois o público ia acudindo ao local.

As diferenças entre a população, no que respeita a sua abastança ou a situação de remedeio, não pode ser feita partido exclusivamente do critério de sucessão ou do escalonamento ecológicos.

Num dia feriado do mês de Abril encontrei Manuel Relvas, um homem de 56 anos, residente no **Lugar de Palheiros**, Freguesia do Arco. Disse-me ter uma filha a trabalhar no Funchal e um filho emigrado na Venezuela. Na sua opinião, aquela banda onde vivia era das menos bene-

ficiadas de toda a Freguesia, pois não dispunha ainda de electricidade. As terras pertenciam a um **senhorio**, havia pouco vinho, a cultura da cana tinha sido abandonada por falta de rentabilidade. Dedicavam-se agora a cultivar o que comiam, deitando umas searas nuns pedacitos melhores. A sua experiência de vida estendia-se bem para além do horizonte do Arco da Calheta. Trabalhara sete anos no Funchal, como operário da construção civil; no entanto, apesar do salário certo no fim do mês e independentemente dos caprichos do tempo, não lhe havia agradado. Preferiu regressar ali e dobrar as costas no que era mais seu.

Manuel Relvas vivia numa zona ainda com muitas casas cobertas a colmo e onde só carros todo-o-terreno conseguiam chegar. Para ele, construir um caminho a sério seria um bem para toda aquela gente. As circunstâncias em que vivia, tornavam-no uma pessoa bastante aberta a falar do passado. Como sempre fora dos pobres, não tinha qualquer relutância em contar como antigamente as condições de vida eram ainda muito piores para os mais desfavorecidos — uma maioria. Ele foi dos informadores mais interessantes que conheci, apesar dos nossos encontros terem sido poucos. Para mim ele constituiu a prova que há várias maneiras de encarar uma mesma realidade. O que me contou ou explicou, pouco tinha a ver com recolha directa da tradição oral «na boca do povo», mas sim com as formas de ir sobrevivendo para trabalhar e criar filhos, ou de trabalhar para viver. Deu-me pistas importantes sobre a **cultura material** de tempos passados. No entanto, os seus relatos enquadravam-se no contexto social em que se desenrolavam esses modos de ter que produzir. A sua perspectiva era a **dos de baixo**, a sua vida de homem de campo emergia como fazendo parte de determinadas relações sociais de produção. E estas tinham-se alterado para melhor.

Semanas mais tarde tive ocasião de ir com o Senhor Fulgêncio à serra, ver o gado. Foi num sábado, conforme o costume, a fim de não se perder um dia de semana, mais útil **cá em baixo**. Durante a subida pela Fonte do Vaqueiro até ao Pico da Urze, seguimos o trajecto outrora percorrido pelos carros chiões. Era desta forma que se assegurava o abastecimento familiar em madeira, lenha e **feiteira**. Chegados a determinada altura, fizemos um pequeno intervalo, para tomarmos vinho, frisando ele que o vinho era um sustento, mas que a aguardente roía. Descreveu-me a amplitude das **terras de pão**, em tempos passados. Segundo o meu cálculo essas searas de trigo iam até aos 1000 metros de altitude. Mostrou-me as furnas que nesses tempos serviam de abrigo e de armazém; a sua utilização era feita mediante pagamento ao **senhorio**. Após uma merenda composta de quartos de pão com ovos estrelados, bananas e muito vinho, começámos a separar e a reunir as suas ovelhas. Chamou-me a atenção a capacidade dos bolsos do seu **jaleco** de pastor. Neles tinha vindo a merenda suficiente para duas pessoas e ainda a garrafa de vinho. Apercebendo-se da minha curiosidade, explicou não haver peça de roupa melhor para vir à serra. Era imprescindível contra o vento frio, aguentava-se bem quando fazia calor a sério, e além disso, dispunha dos tais dois insuspeitos e enormes bolsos no avesso. E só para poder andar sempre com o seu **jaleco**, não tinha permitido à mulher que desmontasse o tear, a estorvar na cozinha.

No dia 6 de Maio, um domingo, assisti à passagem do Divino Espírito Santo em Cales e Chada. Aglomerou-se imensa gente, alguns tinham descido do Pinheiro expressamente para o efeito. Desde a sexta-feira anterior as pessoas andavam a arrancar a erva do caminho em frente às respectivas casas, a fim de receberem condignamente a visita. O «Espírito Santo» já não vem com o padre, como me disseram ter sido antigamente o costume. Ficou somente o hábito de angariar fundos para as festas da Paróquia e daí as ofertas serem em dinheiro; é uma oportunidade para os emigrantes presentes contribuírem com verbas consideráveis, sobretudo aqueles que após uma longa estadia, regra geral na Venezuela ou na África do Sul, pretendem mostrar terem sido bem sucedidos na vida. Alguns deles recebem reformas de fora, elemento fundamental nos respectivos orçamentos.

Passsei algumas noites no engenho da Calheta, a fim de seguir o processo de tratamento da cana, embora não se faça aqui açúcar, mas só aguardente. A maior parte do pessoal não é especializado, quase todas as tarefas podem ser ensinadas nos primeiros dias de cada novo período de laboração anual. Os homens são contratados para toda uma campanha, trabalham em turnos e como vêm de sítios relativamente afastados, ficam dias, às vezes semanas sem irem a casa. Dormem em instalações improvisadas no próprio local. O responsável pelas máquinas chamava-se Romão, contava 65 anos, vinha de Machico. Haviam-no chamado propositadamente para o efeito, pois desde novo especializara-se naquele trabalho. Conhecera todos os engenhos da ilha e sabia perfeitamente as manhas de qualquer uma das máquinas. Apesar de há 30 anos fazer as campanhas da cana, considerava-se agricultor. Troquei com ele muitas vezes demoradamente impressões sobre as minhas reflexões a propósito da Calheta. Foi outra pessoa a alargar-me as perspectivas. Falou-me bastante sobre o regime da propriedade, a repartição das colheitas e o pagamento das rendas. Certamente que a sua experiência era de Machico, mas no fundo, os nossos longos diálogos futuros fizeram-me enveredar definitivamente por uma abordagem da realidade insular que não se baseasse numa única localidade. Em relação a tudo o que eu lhe falei da Calheta, ele pôde-me confirmar ou até precisar pormenores a partir de Machico.

Sentia como se me ia amadurecendo o processo de formulação da temática.

O carácter relativo das afirmações genéricas que se são ouvindo e registando, tornar-se-ia mais claro quando, passados muitos meses, me dediquei à pesquisa de arquivo. Na Maloeira, onde me deslocava frequentemente na esperança de conseguir surpreender um **carro de vacas** numa subida à serra, um homem de idade avançada, vendo o meu aspecto citadino, confessou-me ser a emigração a causa do desaparecimento de determinadas formas de trabalhar a terra. Referia-se ao que eu lhe perguntara; se ainda havia gente a lavar, como debulhavam, etc. Na sua opinião, visto não haver homens suficientes para fazerem esses trabalhos, e como as mulheres passaram a ter de substituí-los na amanhã da terra, trabalhava-se unicamente com a enxada. A sua explicação não era correcta, conforme mais tarde o trabalho (de campo?) nos arquivos me

confirmaria. Já no início do século XIX um engenheiro militar observara, também na Calheta, como as mulheres asseguravam a faina nos campos, enquanto os homens andavam a cavar as vinhas. Sobre este domínio específico, as informações reunidas avolumavam-se. No Pinheiro confirmavam-me não se fazer uso de qualquer instrumento aratório desde há muito tempo, sendo a **enxada de bicos** a alfaia generalizada; ou seja, não se constatava distinção de sexo em relação ao instrumento de trabalho. Segundo acrescentavam, havia antigamente um homem dos Canhas que trazia um arado e uma junta de vacas, andando a lavrar mediante pagamento. Hoje, a actividade mais pesada e igual para todos independentemente do sexo — mas mulheres na maioria —, era a cava, a limpeza das **levadas** e dos poços para a água de rega.

Nesse mesmo dia haveria ainda de aclarar outro aspecto. Várias pessoas, entre elas o Senhor Fulgêncio, tinham-me dito e mostrado até que altitude antigamente se semeava grão. Agora essas terras estavam abandonadas, serviam de pasto esporádico a algumas vacas, ou tinham sido florestadas. Subindo com o Senhor Vieira pelo Rochão, fomos às Florenças e ao passarmos pela Achada, fiquei admirado com os lindos terrenos naquela altitude, cultivados com trigo ou **semilha**, pelo menos nesse mês de Maio. Fiz o reparo, ao que ele me respondeu tratar-se de terra «ganha», visto haver **água do povo** vinda da serra. Mas eram inúmeras as disputas geradas em torno das regas. Nos Prazeres dei-me conta de que a produção doméstica de cereais não pode ser imediatamente contabilizada em termos de bens de subsistência. Embora me tivesse deslocado uma vez mais àquela Freguesia para conversar com o Mestre Manuel Pontes — outro carpinteiro de carros residente na Achada de Cima — apercebi-me que muita gente cultivava milho, o **milho da terra**, sobretudo para alimentar o gado. Isto significava que além do açúcar, massa, arroz e sal, a população adquiria nas **vendas** cereal importado e já reduzido a farinha. Posteriormente muitas pessoas confirmavam-me, sair-lhes mais em conta a compra do produto final derivado do cereal, do que semeá-lo. Uma questão para reflectir sobre a chamada economia de subsistência, como ainda sobre a flexibilidade demonstrada pelo camponês, ao tomar decisões. Creio tratar-se duma reacção de pequeno produtor agrícola pouco susceptível de ser encarada como consequência passiva dum constrangimento imposto pela **sociedade global**. Há que considerar tais fenómenos numa perspectiva mais dialéctica, analisando-os também como uma situação activa. Nessa mesma tarde fui ao engenho falar com o Senhor Romão a propósito dos elementos trazidos dos Prazeres: as lavras, o **carro de vacas**, a **carreta**. Fiquei assim a saber que tanto em Machico, como no Caniçal, se haviam usado instrumentos aratórios, sobretudo nas terras destinadas a trigo, feijão, grão de bico e ervilha.

Seis meses depois de ter ido pela primeira vez ao Pinheiro, vim a desvendar o mistério da ausência de homens naquele **Lugar**. Fui ao estaleiro das obras públicas situado na Madalena do Mar, para me abastecer de gasóleo. Cumprimentaram-me alguns homens que lá trabalhavam, dizendo-me que eram do Pinheiro. Vinham de manhã cedo e só

regressavam à noitinha a casa. Significava isto ter apanhado a outra forma de angariar receitas monetárias para o orçamento familiar; enquanto os homens asseguravam com os seus ordenados mensais determinada receita fixa, as mulheres mantinham a exploração agrícola em pleno, contribuindo com o leite e o bordado. Mais tarde apercebi-me também que homens vivendo em dificuldades para sustentar a família, gostavam de ir trabalhar ao dia fazendo de cavadores nas bananeiras ou nas vinhas. Além da jorna que recebiam, ficavam com direito ao abono de família.

A partir de Maio/Junho comecei a procurar sistematicamente testemunhos sobre a utilização de instrumentos aratórios e tipos de debulha nas restantes partes da ilha. A Senhora Lurdes Tecedeira, do Lombo da Achada dos Judeus, em S. Vicente indicou-me um vizinho que ainda tinha um arado arrecadado. A última lavra datava de há sete anos e quando novo, costumava ir lavar com a sua junta de vacas para os lados da Serra de Água, a caminho da Ribeira Brava. Lembrava-se também como noutros tempos o açúcar, a massa e o sal vinham por via marítima para a vila, sendo depois levados em carros chiões para o interior.

Com a chegada do Verão inicia-se o grande período de festas em todas as Freguesias, ocasião para os emigrantes mostrarem o seu prestígio recentemente adquirido. Eram oportunidades para eu prosseguir, indagando sobre alfaias e o seu emprego. Facilmente conseguia relatos, o ambiente de arraial e as rodadas de vinho soltavam a língua dos homens. Tornou-se-me mesmo possível desencadear uma acção rápida para fotografar estas fases da faina agrícola, nos locais onde porventura alguém ainda as praticasse. No **Sítio** das Fontes, a caminho da serra do Campanário, o marido da Senhora Maria de Jesus mostrou-me o mangual, ocultando-me (como mais tarde vim a dar-me conta) as eiras. Foi nesta ocasião que outros homens que ainda sabiam malhar, me explicaram o sistema de trabalho. Para baterem o **pão** usavam-se quatro manguais, enquanto para o centeio eram seis. No entanto, há imensos anos que só malhavam do último tipo de cereal, pois precisavam muito de colmo para cobrir as casas. A palha de centeio dura mais tempo que a de trigo.

Na Camacha vi também eiras já bastante estragadas e assisti a malhas. Na Freguesia de Santo António, às portas do Funchal, pedi aos miúdos duma escola que perguntassem aos pais, constatando que se havia malhado até há relativamente pouco tempo. Tinham abandonado este método de debulha à medida que começaram a adquirir materiais industriais de construção, mais duradouros e proporcionando maiores comodidades na arrumação interna da casa. Os que viviam ainda em habitações **abafadas** a palha, sentiam-se inferiorizados, mais pobres e ansiavam por uma moradia feita de blocos e com uma laje de cimento a fazer de telhado. Mais uma vez os usos e costumes da tradição popular apareciam nitidamente correlacionados com uma diferenciação social.

Na Ponta do Pargo não consegui ver eiras, porque não malhavam e as debulhas processavam-se à máquina, provisoriamente motorizada. No entanto, um velhinho da Malqueira teimava em lavar uma vez por outra uns pedaços de terra, mas já não tinha quem lhe consertasse a relha.

Na parte norte da ilha e a sul, a partir de Marçoços no vale de Machico, a situação apresenta-se de outro modo. A população equilibra os seus orçamentos e orienta a produção agrícola fundamentalmente com base no **vime** e na criação duma vaca. Fiquei com a ideia de que, neste lado da ilha, o **vime** desempenha o papel da bananeira no sul. O **Sítio** da Ilha, Freguesia de São Jorge, dado o difícil acesso, pareceu-me um reduto de vestuário de confecção caseira, por isso com cultura de linho. Eram inúmeras as casas com cobertura de palha e muitos os homens cuidando dos animais que pastavam **mais acima**. Notava-se uma febre de mudança. Muita gente a converter os seus pedaços de terra em áreas de vime, pois dava dinheiro, e todos aspiravam por uma casa com placa de cimento. Esta febre do **vime**, patente em todo o norte, sobretudo nos vales e encostas húmidos, apoderava-se de terrenos anteriormente destinados a cereais. Como as pessoas afirmavam, o **vime** dá pouco trabalho, é só a água e o respectivo corte uma vez por ano, significa dinheiro certo, com o qual se vai à **venda**.

O camponês sabe reconhecer alterações conjunturais e jogar na perspectiva do momento. A subsistência não é a acção directa de produzir da terra para a boca. A atitude tomada pelo camponês face à terra que amanhã, resulta dum quadro mais amplo de relações sociais.

O **envolvimento** do investigador, neste caso do antropólogo, é consequência duma relação também não menos social. A **participação**, a **observação**, a **recolha directa**, a elaboração de **inquéritos**, a entrevista **exploratória**, a **convivência** proporcionada pelo trabalho de campo, não constituem por si só, técnicas estabelecidas e exclusivas de pesquisa. A sua relatividade, pela relação social específica e concreta que a cada momento se produz e se desfaz, pareceu-me bem patente na atitude dum camponês com quem eu havia mantido um certo grau de confiança e de familiaridade. Quando lhe perguntei, se me deixava partilhar dos trabalhos agrícolas a seu lado, e de enxada na mão, riu-se, olhou-me frontalmente, como quem avalia se eu estaria a troçar dele. Olhando as minhas mãos, respondeu-me que elas não estavam calejadas para aguentarem uma enxada, que eu nem sequer sabia trabalhar com uma coisa daquelas; podia-me até **pisar** e então que diriam as outras pessoas? Com a minha boa vontade, mas a falta de prática, eu iria atrapalhar e nada ajudar. Ele continuaria a cavar, quanto a mim, que ficasse ali sentado, acompanhando-o com a nossa conversa.

Objectivar uma problemática não significa necessariamente ocultar um desnível social, dificilmente passível de ser camuflado. Eu estava a trabalhar na minha própria sociedade. Este incidente ensinou-me não ser o facto de vestir a pele do **outro** que garante e permite compreendê-lo. No fundo, eu não pretendia vir a ser futuramente um cavador ou mesmo um agricultor por conta própria. Era a sua condição social, a forma como se inseria na sociedade, da qual eu igualmente fazia parte a outro nível, que me interessava como investigador. No âmbito da minha pesquisa cabia-me dar uma contribuição para o aprofundamento do conhecimento dessa sociedade (11).

3. Reflexões finais

A resenha apresentada no primeiro ponto não estaria completa, se ficasse omitida a produção resultante da investigação empreendida pelos historiadores. A respectiva bibliografia é extensa, visto tratar-se da área em que mais se tem trabalhado e publicado (cf. Freitas/Vieira 1984 a:157-235). Ao deixarmos a pesquisa histórica para o fim, pretendeu-se salientar que este ramo de conhecimento estudou até à data prioritariamente o período da Descoberta e a época que se lhe seguiu. É significativo o esquecimento, ou mesmo desinteresse, por parte dos investigadores em relação aos séculos XVIII, XIX ou XX. Este facto revela, a nosso ver, aquilo que foi proposto como leitura do objecto científico escolhido pelos regionalistas, mesmo parcialmente por alguns geógrafos: remeter a situação presente para o passado, a busca do mito de origem, procurar e relembrar um ponto inicial da identidade cultural nacional. Desta forma, talvez tenha sido a historiografia praticada, a principal responsável pela **imagem** produzida e inculcada a este arquipélago atlântico, a primeira das Descobertas realizadas. Há, sem dúvida, justificação ideológica para tal panorama. O interesse quase exclusivo concedido aos primórdios da sociedade insular facilitou o enraizamento duma — nunca expressa — ideia de ausência de dinâmica social dentro da região, da ilha, do arquipélago. Equivale a subalternizar o papel histórico desempenhado por determinadas forças sociais; é negar quase à partida a necessidade de encarar a(s) ilha(s), o arquipélago, como uma unidade de abordagem susceptível de análise interna diferenciada. Profundamente influenciados por este espírito, os investigadores em áreas afins têm, em alguns casos de modo pouco crítico, substituído o elemento social pelo da persistência cultural, sempre que se trata de tentar uma síntese. Raramente se desmontam mecanismos, empreendendo-se em vez disso a reflexão macro-perspectivada sobre os começos.

Também me pareceu importante aflorar o problema do envolvimento do investigador em torno da pesquisa no terreno. Ao compilar e organizar alguns apontamentos duma experiência pessoal, tentei mostrar como a relação entre investigação e a realidade social se traduz por um processo, no qual a última dimensão se torna preponderante. A recolha de dados no local, o convívio com a comunidade ou o grupo que se pretende estudar — dois factores clássicos e elementares na tradição da pesquisa antropológica — não podem acarretar um alheamento total perante a sociedade no seu conjunto. Por outras palavras: o rigor do método não deve sobrepor-se ao objecto a formular como hipótese de trabalho. Esta reflexão levou-me a não encarar o campesinato madeirense como uma qualquer massa camponesa, mas sim ver nela um grupo social dentro de determinada sociedade; por isso decidi-me a não elaborar um estudo de comunidade. Se empreendesse este tipo de abordagem iria desligar do contexto histórico uma realidade social, extraindo-lhe os mecanismos fundamentais da sua dinâmica. O resultado seria certamente a elaboração dum trabalho a partir de dados insulares, mas, e na medida em que submetido ao rigor da sincronia, destituído de especificidade concreta.

Seria, em última instância, provar a operacionalidade dum modelo e não a tentativa de mostrar e realçar um lógica social historicamente situada.

Qualquer processo de reflexão intelectual é único, porque constitui apenas uma etapa num movimento contínuo. Uma vez que a minha forma de olhar e apreender a realidade não me induzia a procurar os elementos da coesão e comportamento sociais, mas a encarar aspectos da complexidade global através do grupo escolhido — o campesinato —, pareceu-me fundamental evidenciar o principal aparelho de poder político reguladora do domínio político, seria possível tentar fazer outra abordagem; não unicamente uma Freguesia, um Concelho, uma ilha, mas o arquipélago. Para isso era necessário globalizar a esfera de análise, centrando-a no grupo social maioritário na história insular. O contacto com o terreno tinha-me conduzido a não ver uma comunidade de camponeses, mas prioritariamente um conjunto de produtores directos no seio duma sociedade mais vasta. Chegado a este ponto da reflexão, afigurou-se-me cientificamente mais relevante, remeter a problemática definida na generalidade — a relação entre sistemas sociais e as formas de apropriação da Natureza — para uma época mais recuada, a fim de melhor contextualizar o papel do campesinato nos processos de transformação, de modo a fazer ressaltar a lógica social subjacente. Porém, mesmo neste enunciado genérico, não deixa de se manifestar uma escolha resultante duma opção estritamente pessoal: o interesse em analisar a materialidade em que se apoiam os sistemas sociais.

Antes de terminar, gostaria de recolocar a polémica questão do **partilhar**, da **participação**, do **going native**, técnicas de trabalho típicas, mas não exclusivas dos antropólogos. Foi a prática vivida, a experiência à qual a realidade me submeteu, o contexto escolhido que me levaram a relativizar e a ajustar continuamente a metodologia de trabalho. Ao fazer-me sentir a inutilidade da minha ajuda na sua esfera social de produção, o cavador obrigou-me a repensar a essência das situações sociais. Se para concretizar uma pesquisa entre pescadores a realidade desse quotidiano obrigaria certamente o antropólogo a participar na faina, até mesmo pela exiguidade do espaço em que se desenrola a acção, frente a um agricultor a questão é deveras diferente; auxiliar na cava, na colheita ou em outra das muitas tarefas quotidianas, numa terra onde a organização do trabalho camponês não assenta na existência de grupos de cooperação alargada, é talvez, e em boa verdade, encenar o impossível. Da minha ajuda esporádica não resultaria qualquer alteração na situação do camponês. Os seus problemas fundamentais — as disputas pela água de rega, a relação de posse ou de propriedade mantida com a terra cultivada — manter-se-iam inalterados. No entanto, a situação exposta, essa sim, ganharia momentaneamente a força duma farsa, porque socialmente eu só estaria próximo dele, se tivesse terra e dela vivesse.

NOTAS

1. Consulte-se sobre este assunto o conjunto de cartas que os chefes de fila de finais de oitocentos trocaram com etnógrafos regionais, nomeadamente do Minho e do Alentejo (Gama 1964; 1966; 1970; 1970a 1973).
2. Sobre esta obra de Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos não tinha a melhor das opiniões, o que constitui uma prova de que Teófilo, após o seu POVO PORTUGUÊS (1885), não continuou a gozar de grande prestígio na investigação etnográfica nacional; era uma síntese demasiado prematura, decididamente voltada para o passado e não para o futuro. Leite de Vasconcelos que, por seu lado, iria também empreender um arrojado TENTAME DE SISTEMATIZAÇÃO, aproveitou uma deslocação aos Açores nos conturbados anos 20 para esclarecer: «Na mesma ilha (S. Jorge) nasceu em 1827 João Teixeira Soares de Sousa, que ofereceu a Teófilo Braga os materiais com que este organizou os CANTOS POPULARES DO ARQUIPÉLAGO AÇORIANO, Porto, 1869. Lê-se no DICCIONARIO BIBLIOGRAFICO de Inocêncio e Aranha, X, 368: «Este livro devia talvez denominar-se mais propriamente CANTOS POPULARES DA ILHA DE S. JORGE, RECOLHIDOS E COLECCIONADOS POR JOÃO TEIXEIRA SOARES, E ANOTADOS POR TEÓFILO BRAGA. E o erudito Micaelense nada perderia na sua justa reputação...». Contudo T. Braga diz no começo do livro que foi Teixeira Soares quem lhe entregou «o fio da tradição poética das ilhas dos Açores» e até lhe dedica o volume. Ultimamente reimprimiu-se nos Açores a obra de T. Braga com o título de CANTOS POPULARES AÇORIANOS, cancionero e romanceiro, edição popular: Horta 1902; e diz-se no prólogo, sem alusão alguma a Teófilo, que os CANTOS POPULARES «foram recolhidos e concertados pelo distinto homem de letras, o ilustre jorgense Dr. João Teixeira Soares de Sousa, de saudosa memória». É possível que aos etnógrafos continentais não desagrade esta curiosidade de bibliografia FOLCLÓRICA». (Vasconcelos 1926 : 187).

Por outro lado é interessante constatar que T. Braga alcançou bastante prestígio junto de outras grandes figuras suas contemporâneas, especialistas nos mesmos assuntos. Recorde-se que um estudo recente sobre cultura popular, Peter Burke POPULAR CULTURE IN EARLY MODERN EUROPE (1978), se menciona o seu nome em relação ao nosso País e igualmente no contexto internacional da época.

3. No ANUARIO PARA O ESTUDO DAS TRADIÇÕES POPULARES PORTUGUEZAS anuncia-se que «o sr. Alvaro Rodrigues de Azevedo tem pronto para a imprensa três volumes sobre o cancionero do arquipélago da Madeira». (vol. I, 1882 : 95).
4. Uma feliz excepção a estes casos é a crónica romanceada, publicada postumamente, de António Marques da Silva. O autor preocupa-se não só com o rigor da descrição etnográfica, como ainda com a inserção sociológica do enredo e com os aspectos dialectológicos (Silva 1985).
5. H. Lautensach tem extensíssima bibliografia sobre os dois Países ibéricos. A título de exemplo cite-se DIE IBERISCHE HALBINSEL, um útil e completo manual, publicado em 1964, existindo edições alemãs posteriores. Este livro foi traduzido em Espanha. O autor domina a bibliografia regional e sectorial, de forma que mesmo o antropólogo tira muito proveito da consulta. São notáveis os apanhados sobre aspectos seleccionados da vida material, nomeadamente a questão dos espigueiros no Norte da Península.
6. Recentemente foi publicada a primeira edição em português, intitulada A MADEIRA ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX, Lisboa, ICP, 1985.
7. Não deixa de ser interessante a apreciação das tentativas feitas nas últimas três décadas do século passado para ediar, a nível nacional, publicações periódicas especializadas no campo da etnografia e do folclore. A primeira (1873) é a HISPANIA. ARQUIVO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA, RAÇAS, LINGUAS, LITERATURAS E ANTIGUIDADES DA PENÍNSULA IBÉRICA, cujo projecto não concretizado na prática, era da autoria de T. Braga e de F. Adolfo Coelho. Igual sorte iria ainda ter a REVISTA DAS TRADIÇÕES PORTUGUEZAS (1878), também da responsabilidade de T. Braga. Em 1880, talvez aprovei-

tando o impacto de se reunir em Lisboa o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, é a vez de José Leite de Vasconcelos projectar uma REVISTA PORTUGUESA DE TRADIÇÕES POPULARES. Ainda nesse mesmo ano, Adolfo Coelho consegue lançar a sua REVISTA DE ETNOLOGIA E GLOTOLOGIA, cujo primeiro volume, publicado em fascículos (1880-81) não teve continuidade. O ANUARIO PARA O ESTUDO DAS TRADIÇÕES POPULARES PORTUGUESAS (1882), dirigido por Leite de Vasconcelos não chegaria ao segundo volume; mas em 1887-89 lançou a REVISTA LUSITANA. ARQUIVO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E ETNOLÓGICOS RELATIVOS A PORTUGAL que, haveria de se manter sem interrupção até 1943, perfazendo 38 volumes. Finalmente refira-se a PORTUGALIA, MATERIAIS PARA O ESTUDO DO POVO PORTUGUES, com dois grossos volumes (1888-89 e 1908). A nível regional são duas as publicações dignas de referência pela influência que exerceram: A TRADIÇÃO, de Serpa, totalizou seis volumes (1899-1904) e a REVISTA DO MINHO, com 22 volumes (1885-1914). Se quisermos estabelecer um paralelo com a Madeira, mais uma vez se verifica não ter a região desenvolvido capacidade própria neste domínio. As únicas revistas de carácter cultural, dedicam-se sobretudo à História, tendo a Etnografia ou o Folclore uma participação irregular. Mencione-se em primeiro lugar o ARQUIVO HISTÓRICO DA MADEIRA (1931-1974) com 18 volumes saídos e muita colaboração concentrada na publicação de fontes. Num âmbito mais próximo da divulgação existiu DAS ARTES E DA HISTÓRIA DA MADEIRA (1950-51 a 1971), cujos 41 fascículos correspondem a 8 volumes.

8. Os dados e elementos que se seguem reportam-se a um período compreendido fundamentalmente entre Março de 1979 e Julho de 1980. Foi este o espaço de tempo em que mais sistematicamente elaborei apontamentos diários, redigidos em geral ao fim do dia. Representam de certo modo um processo lento de maturação de ideias a partir de factos que se me iam deparando. No seu conjunto constituem informações parciais e provisórias, mas importantes para a reflexão pessoal, na medida em que testemunham uma forma de apreender a realidade. Os locais e os nomes citados não foram alterados, pois não me parece necessário cobrir de anonimato informações ou situações, cujo conteúdo não compromete a privacidade ou mesmo a intimidade dos meus interlocutores. Alguns casos em que isso talvez viesse a poder acontecer, omiti a identificação, quando conhecida, do informador. Para todos os efeitos, convém sublinhar que apontamentos dum diário de trabalho (ou de campo) revelam, na maioria dos casos, elementos sobre as preocupações e a personalidade do seu autor e menos informações eventualmente comprometedoras para os inquiridos e/ou observados. Mas não se trata também de um diário íntimo de investigador (cf. Branco 1984: II-V).
9. Expresso aqui o meu agradecimento às autoridades que assim me ajudaram a resolver o problema, nomeadamente ao então Secretário Regional dos Assuntos Sociais.
10. Tem sido focado por muitos autores, sobretudo em publicações antropológicas, a questão que levanta o facto do investigador pertencer ou não (culturalmente) à sociedade em que investiga (cf. Pina-Cabral 1984 et al.). Mais importante que esse factor penso ser o grau de inserção no contexto social visado, sobretudo no aspecto de estar em condições de utilizar as redes parentais ou de outras relações que sustentam tipos de solidariedades no plano informal.
11. Não pretendo de forma alguma contestar a viabilidade ou mesmo o imperativo que se pode colocar a um investigador de viver e empenhar-se em determinadas conjunturas. A literatura antropológica é extremamente rica em relatos sobre projecções de transformação de estruturas sociais, onde sociólogos, antropólogos, psicólogos ou missionários, assumem posições militantes de intervenção directa, como por exemplo na ACTION ANTHROPOLOGY. Mas na maioria dos casos, os estudados ou observados não vêem as suas condições reais alteradas pela interferência DESSE cientista social. O problema (político) é bastante mais complexo e excede o envolvimento emocional do investigador isolado. Geralmente este tipo de activismo reflecte a incapacidade que o intelectual sente de actuar no SEU campo, na SUA instituição, no SEU mundo de trabalho, transferindo a decepção para a experiência de terreno.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Fernando

1951 Cousas da Madeira. Lisboa: Mar-Largo

AZEVED, Alvaro Rodrigues de

1873 As Saudades da Terra, pelo Doutor Gaspar Fructuoso. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira e Selvagens. Manuscrito do século XVI, anotado por...
Funchal: Typ. Funchalense

1880 Romanceiro do Archipelago da Madeira. Funchal: Typ. Voz do Povo

1882 Poesias populares da Madeira **Anuario para o Estudo das Tradições Populares Portuguesas**, I : 54-55

BLÜMEL, Wolf Dieter

1973 Madeira. Demographie, Sozialstruktur und wirtschaftliche Situation einer überbevölkerten Insel. Karlsruhe: (=Karlsruher geographische Hefte. 4.)

BOLEO, Manuel de Paiva

1947 Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no séc. XIX
Biblos, XXIII, 3 : 607-691

BRAGA, Teófilo

1869 Cantos Populares do Arquipélago Açoriano. Porto: Nacional

1885 O Povo Português, nos seus Costumes, Crenças e Tradições. Lisboa: Liv. Ferreira Editora

1902 Quarenta anos de vida literária. Lisboa: Arthur Brandão

BRANCO, Jorge Freitas

1983 Ruralidade insular: a desagregação de comunidades tradicionais na Madeira (Esboço de problemática) **Análise Social**, 77-78-79 : 635-644

1984 Bauernarbeit im mediterranen Alltag. Agrikultur und Umweltgestaltung auf der Inselgruppe Madeira (1750-1900). Berlim: Reimer Verlag

BRÜDT, Käte

1937-38 Madeira. Estudo linguístico-etnográfico **Boletim de Filologia**, V, 1-2 : 59-91; V, 3-4 : 289-349

CÂMARA, Jaime Sanches da

1931 Ensaio de Etnografia. **O Instituto**, 82, 3 : 269-286

1938 Senhora da Luz. Subsídios etnográficos. Funchal: Tip. Bazar do Povo

- COELHO, Francisco Adolfo
 1896 Exposição ethnographica portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes. Lisboa: Imprensa Nacional
- COSTA, Francisco Carreiro da
 1954 Índices dos números 1 a 19. **Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores, Boletim**, 20 : 1-263
- DIAS, António Jorge
 1952 Nótulas de etnografia madeirense. Contribuição para o estudo das origens étnico-culturais da população da ilha da Madeira **Biblos**, XXVIII : 179-201
 1968 Reflexões de um Antropólogo **Cadernos de Etnografia**, 2.ª série, no. 6
- FALS BORDA, Orlando
 1979 The Problems of Investigating Reality in order to Transform it **Dialectical Anthropology**, 4 : 33-55
- FREITAS, A. A. de/G. F. VIEIRA
 1984 Madeira. Investigação bibliográfica. Catálogo por assuntos. II. Funchal: DRAC
 1984a Madeira. Investigação bibliográfica. Catálogo por assuntos. III. Funchal: DRAC
- FERRÉ, Perre
 1982 Romances tradicionais. Funchal: CMF
- FERREIRA, P. Manuel Juvenal Pita
 1956 O Natal na Madeira. Estudo folclórico. Funchal: JGDAF
- GAMA, Eurico
 1964 Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires (Folclore, Filologia, Etnografia e Arqueologia). (1882-1913). Lisboa: FLL
 1966 Cartas de António Augusto da Rocha Peixoto a António Tomás Pires e a António José Torres de Carvalho **Póvoa de Varzim Boletim Cultural**, V, 2 : 89-120
 1970 Cartas de Aníbal Fernandes Tomás a António Tomás Pires (ex-librismo, etnologia, folclore). (1899-1910) **Revista da Universidade de Coimbra**, XXII : 17-60
 1970a Cartas de Adolfo Coelho a António Tomás Pires (1882-1904) Etnografia, Filologia **Revista da Universidade de Coimbra**, XXII : 383-469

GAMA, Eurico

1973 Cartas de Teófilo Braga a António Tomés Pires (1883-1911)
Revista da Universidade de Coimbra, XXIII : 29-105

GRIEVES, D.

1957 The social and economic Geography of the São Vicente Valley,
Madeira **The Journal of King's College Geographical Society**,
IX, 10 : 1-20

HARTNACK, Wilhelm

1930 Madeira. Landeskunde einer Insel. Hamburgo: Friederichsen

LAUTENSACH, Hermann

1949 Madeira. Eine länderkundliche Skizze des Archipels **Erdkunde**,
III : 212-229

LEFEVRE, M. A.

1949 Madère. Un milieu géographique jeune **Bulletin de la Société
Belge d'Études géographiques**, XXVIII, 1 : 57-78

LUCAS, Maria Helena

1948 Adolfo Coelho e as Tradições Populares Portuguesas **Revista
da Faculdade de Letras**, XIV, 1 : 55-71

MONTEIRO, Maria de Lourdes de Oliveira

1947-50 Porto Santo. Monografia linguística, etnográfica e folclórica
Revista Portuguesa de Filologia, I : 340-390; II : 28-92; III : 90-151

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de

1966 Rocha Peixoto e a Etnologia **Póvoa de Varzim Boletim Cultural**,
V, 2 : 165-214

OLIVEIRA, E. V./F. GALHANO/B. PEREIRA

1965 Moinhos de vento. Açores e Porto Santo. Lisboa: IAC

PELTO, P. J./G. PELTO

21978 Anthropological Research. The Structure of Inquiry. Nova Iorque:
Cambridge University Press

PESTANA, Eduardo Antonino

1916 Casa Portuguesa, I — Ilha da Madeira **Revista Lusitana**, XIX :
134-136

1965 Ilha da Madeira. I. Folclore. Funchal: CMF

1970 Ilha da Madeira. II. Estudos madeirenses. Funchal: CMF

PINA-CABRAL, João de

1983 A observação participante na etnografia portuguesa **Análise
Social**, 76 : 327-339

- PORTELA, José
 1985 Reflexões sobre a Observação participante **Cadernos de Ciências Sociais**, 3 : 157-176
- PORTO DA CRUZ, Visconde
 1932 Crendices, Superstições e Costumes do Arquipélago da Madeira **Arqueologia e História**, VIII : 83-129
 1935 A Flora madeirense na medicina popular **Brotéria**, IV, 1, 2, 3, 4
 1955 Folclore Madeirense Funchal. CMF
- RIBEIRO, Emanuel
 1920 Palavras do Arquipélago da Madeira **Revista Lusitana**, XXIII : 131-137
- RIBEIRO, Orlando
 1949 L'île de Madère. Étude géographique. Lisboa: CIG
- RIKLI, Martin Albert
 1912 Lebensbedingungen und Vegetationsverhältnisse der Mittelmeerländer und der atlantischen Inseln. Iena: G. Fischer
- SANTOS, Carlos Maria dos
 1937 Tocares e cântares da Ilha. Estudo de folclore da Madeira. Funchal: Tip. Empreza Madeirense
 1942 Trovas e Bailados da Ilha. Estudo de Folclore musical da Madeira. Funchal: DTM
 1952 Traje regional da Madeira. Estudo. Funchal: JGDAF
- SANTOS, Jaime Vieira
 1944-48 Vocabulário do dialecto madeirense **Revista de Portugal**, série A, VIII : 61-64, 145-149, 208-211; IX : 44-47, 204-207; X : 26-29, 68-71, 113-116; XI : 64-67, 177-180; XII : 80-83
- SARMENTO, Alberto Artur
 21951 Fasquias e Ripas da Madeira. Funchal: JGDAF
- SILVA, António Marques da
 1985 Minha gente: Funchal: SRTC
- SILVA, P. Fernando Augusto da
 1950 Vocabulário madeirense. Funchal:
- SILVA, P. F. A./C. A. MENEZES
 1921-22 Elucidário Madeirense. Funchal: JGDAF (2 vols)
 21940-46 Elucidário Madeirense. Funchal: JGDAF (3 vols)
 31965-66 Elucidário Madeirense. Funchal: JGDAF (3 vols)

- 1979 Elucidário Madeirense. Funchal. DRAC (reimpressão)
- 1984 Elucidário Madeirense. Funchal. DRAC (reimpressão)
- SILVEIRA, Pedro da
- 1959 José Leite de Vasconcelos nas ilhas de Baixo. Lisboa: Seara Nova
- SMITH, Catherine Delano
- 1968 The land Use of eastern Madeira **The World Land Use Survey. Monograph no. 5. Four island Studies** Bude: Geographical Publications
- SOARES, Urbano Canuto
- 1914 Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira. Tradições Populares e vocábulos do Arquipélago da Madeira **Revista Lusitana**, XVII : 135-158
- SOUSA, Luís de
- 1950 Dizeres da Ilha da Madeira. Palavras e locuções. Funchal: Casa Figueira
- VAHL, Martin
- 1905 Über die Vegetation Madeiras **Botanische Jahrbücher für Systematik, Pflanzengeschichte und Pflanzengeographie**. XXXVI, 3 : 253-349
- VASCONCELOS, José Leite de
- 1926 Mês de sonho. Conspecto de Etnografia Açórica. Lisboa: L. Universal
- 1936 Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização. II. Lisboa: Imprensa Nacional
- VIEIRA, G. F./A. A. de FREITAS
- 1981 Madeira. Investigação bibliográfica. Catálogo onomástico. I. Funchal: DRAC

Debate:

Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos

Elogiou o Dr. Freitas Branco pela sua proposta duma metodologia de trabalho, acrescentando que os historiadores teriam certamente muito que dizer a propósito das suas reflexões, e que não julgava tão grande quanto o comunicante a descrevera, a dicotomia entre antropólogo e historiador, porque o antropólogo não era mais do que um historiador das sociedades, embora se dedicasse evidentemente não à história remota mas à história recente.

Referindo-se à produção historiográfica dos séculos XV e XVI, disse que lhe parecia que o que o comunicante apelidara de «mito da fundação», ou «mito da renascença», era na realidade uma preocupação, que julgava muito natural, de saber qual a origem do povoamento, porque se tratava duma época da história da ilha muito carecida de pesquisa; acrescentou que não se podiam esquecer, aliás, os estudos de Jasmins Pereira sobre a Madeira no período henriquino, os de Joël Serrão, ou a contribuição, ainda hoje muito válida, dada por Álvaro Rodrigues de Azevedo nas «Anotações» às **Saudades da Terra**, trabalhos que disse considerar da maior importância e que não obstante a escassez de fontes, fugiam, segundo afirmou, ao referido mito da origem, «mito da nacionalidade».

Prof. Doutor Jorge de Freitas Branco

Confirmou que a obra de Álvaro Rodrigues Azevedo era das poucas onde encontrara dados importantes para a história rural, explicando que a questão que punha, e que implicava uma certa crítica à produção historiográfica, era todavia precisamente que os historiadores tratavam das instituições, das pessoas que detinham o poder e de como o distribuíam, e muitas vezes até da possível estratificação social, mas que de modo geral os protagonistas da história não eram os mesmos que os da antropologia. Acrescentou que aqui a diferença era convergência, e que considerava como protagonista mais importante — em termos de análise, não em termos globais — o campesinato, que era o grupo a partir do qual ele observava a sociedade.

Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos

Respondeu que se mantinha a divergência de opiniões, mas que

Julgava possível, de qualquer forma, caminhar para uma história agrária, o que implicava certamente que se fizesse uma história do campesinato.

Dra. Fernanda Olival

Colocou duas questões teóricas: referindo que o comunicante, ao falar em termos de macroanálise, dissera ter procurado delimitar a zona Oeste, essencialmente o concelho da Calheta, e a do Porto Santo, quis saber em primeiro lugar o que o levava a escolher precisamente essas duas áreas. Explicou que fazia a pergunta porque verificara que no dia anterior, ao discutir-se a «Complementaridade das Sociedades Insulares», raras vezes se aludira à Madeira; disse julgar que na história insular recente não havia grande complementaridade no que respeitava à Madeira, sobretudo no campo económico: distinguiu a cidade e as zonas rurais, que afirmou serem outro mundo.

Perguntou depois como se situava o Dr. Freitas Branco enquanto madeirense, por que motivo trabalhava sobre a própria ilha, adiantando que pensava que existia um relação de identidade, e que havia uma escrita sobre o próprio território informando muito do que se produzia sobre a região.

Prof. Doutor Jorge de Freitas Branco

Respondeu que não fora decerto suficientemente claro ao falar da escolha da zona Oeste — Costa de Baixo inclusive —, e do Porto Santo, e que de facto começara pela dita zona, mas que depois estendera a recolha de dados a todo o arquipélago. Explicou que seguira esta orientação guiado pela ideia pré-concebida, que considerou normal, natural e humana, de que a referida área seria a mais interessante por estar talvez menos afectada por aquilo a que o antropólogo, como tal, tem muitas vezes horror: a modernidade; admitiu que não havia dúvida de que se deixara levar, a princípio, por um certo mito, buscando o que era mais tradicional, mas disse que o contacto com a realidade lhe revelara que não era isso o mais importante, e que alargara depois o âmbito da pesquisa.

Acrescentou que atendera de facto à questão da complementaridade, mas de modo nenhum nos termos em que fora posta no dia anterior, até porque todo o aparelho e os conceitos utilizados excediam a sua disciplina. Ressalvou que não punha evidentemente em causa a necessidade de diálogo entre disciplinas, mas assinalou que aquele tipo de conceitos não era o que se utilizava em antropologia, que a antropologia dinamizava o seu discurso com outros diferentes, e que no domínio desta ciência a complementaridade que poderia existir seria a nível de relações sociais de força, concluindo que era um assunto que não podia tratar — ou talvez pudesse — só entre Madeira e Porto Santo.